



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Maria Edna Silva de Alexandre

**LINCHAMENTO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, MOTIVAÇÕES
PARA LINCHAR, SIMPATIA IDEOLÓGICA, ATITUDE
INSTITUCIONAL E FATORES PREDITORES**

João Pessoa

2018

MARIA EDNA SILVA DE ALEXANDRE

**LINCHAMENTO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, MOTIVAÇÕES
PARA LINCHAR, SIMPATIA IDEOLÓGICA, ATITUDE
INSTITUCIONAL E FATORES PREDITORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cleonice Pereira dos Santos Camino.

João Pessoa
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A3811 Alexandre, Maria Edna Silva de.
Linchamento : representações sociais, motivações
para linchar, simpatia ideológica, atitude
institucional e fatores preditores / Maria Edna Silva
de Alexandre. - João Pessoa, 2018.
72 f. : il.

Orientação: Cleonice Pereira dos Santos Camino.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Violência social. 3.
Linchamento - Representações sociais. 4. Linchamento -
Simpatia ideológica. 5. Linchamento - Atitude
institucional. I. Camino, Cleonice Pereira dos Santos.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Maria Edna Silva de Alexandre

Título: Linchamento: Representações Sociais, Motivações para linchar, Simpatia Ideológica,
Atitude Institucional e Fatores preditores.

Dissertação apresentada à Universidade Federal da
Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Psicologia Social.

Aprovada em: 28 de Março de 2018

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Cleonice Pereira dos Santos Camino (Orientadora)
Instituição: UFPB

Assinatura:



Prof^a. Dr^a. Ana Raquel Rosas Torres (Examinadora Interna) Instituição: UFPB

Assinatura:



Prof^a. Dr^a. Lilian Kelly de Sousa Galvão (Examinadora Externa)
Instituição: UFCG

Assinatura:



Prof. Dra. Betânia Maria Oliveira de Amorim (Examinadora Externa)
Instituição: UFCG

Assinatura:



*“A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta,
é sempre uma derrota”.*

Jean-Paul Sartre

DEDICATÓRIA

À minha tia Raquel Alexandre Batista

O trabalho de dissertação constitui uma atividade que ocupa grande centralidade na vida do mestrando, sendo muitas vezes necessário renunciar os momentos de convivência social, inclusive, não podendo estar presente nas datas e momentos especiais da vida de quem amamos. Ah, isso é bastante doloroso, nos sentimos isolados e até abandonados (sim, porque há quem desista de nós nessa fase, pois não compreendem e nem suportam nossa justificada ausência). Todavia, penso, por que lamentar o abandono de alguém que não é capaz de compreender que estar presente na vida de alguém não é, necessariamente, estar fisicamente do lado? Essa presença pode ser sentida nas diversas expressões de cuidado, como na inclusão de alguém em nossas orações!

Contudo, uma lição a duras penas eu aprendi, isto é, o relógio como um grande controlador do tempo, pode nos afastar de muita gente que amamos, mas, se isso realmente acontecer, é porque era fraco demais o amor envolvido e, claro, AMORES FRACOS NÃO MERECEM O MEU TEMPO.

Em meio a tudo isso, você, Tia Raquel, de forma especial e cuidadosa demonstrou compreender, aceitar e apoiar minhas incansáveis lutas e estendidas ausências físicas. Quando eu não aparecia nos dias que costumeiramente eu lhe visitava, você ainda assim me telefonava para saber como foi meu dia e/ou minha semana, para dizer de sua preocupação se eu estava comendo e dormindo suficiente, bem como para reafirmar que todo sacrifício valeria a pena.

Então, gostaria de dizer-lhe que eu dormia sim, talvez não da forma ideal, mas da maneira possível. Sobre a alimentação, por vezes, passava da hora das refeições, fosse pela a empolgação nos estudos, que me fazia não perceber a fome, ou por falta de tempo, mas, certamente, a expressão de seu amor e cuidado foram os melhores alimentos em todos os dias de minha vida e, de modo especial, durante o mestrado.

Nesse sentido, dedico a você essa dissertação, como expressão de minha mais sincera gratidão, por todo apoio e amor incondicional a mim depositado. Ah, prometo que irei lhe visitar com frequência e me demorar bem muito, pois amores fortes, como o seu, merecem todo o meu tempo.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Cleonice Camino, pelos diversos saberes compartilhados, generosamente, comigo; pelos momentos de reflexões teóricas e, sobretudo, existenciais que, certamente, me ajudaram a ser uma pessoa melhor e mais desenvolvida moralmente; por ter me ensinado tudo isso, não apenas com palavras, mas com o exemplo da aplicação de tudo isso em sua vida;

À minha co-orientadora, professora Lilian Galvão, pela disponibilidade em continuar contribuindo, significativamente, com minha formação, bem como inspirando-me um modelo de comprometimento com a docência e com o fazer científico; por sempre acreditar em mim, até quando nem eu mesmo acreditava; finalmente, por ser um ser humano tão belo e admirável, o qual tenho o prazer de ter na lista das pessoas que valem a pena se demorar;

Ao CNPq pela concessão da bolsa, que possibilitou financiar os custos com esta pesquisa;

Ao professor Anderson Scardua, que me iniciou nos estudos de representações sociais e muito me instigou ao debate dos temas sociais, especialmente daqueles mais polêmicos; pelo cuidado e parceria de sempre, és por mim muito estimado!

A professora Patrícia Fonsêca, pelas contribuições significativas com meu processo de amadurecimento acadêmico, especialmente no que tange as questões relativas ao planejamento de pesquisa e análise crítica da produção científica; ademais, é uma pessoa admirável e uma professora exemplar.

À todos os professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, pelos saberes compartilhados acerca do vasto mundo que é a Psicologia Social.

Aos membros do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sóciomoral pelos compartilhamentos constantes de saberes e pelas críticas construtivas que, oportunamente, chegam a fazer sobre o conteúdo dessa dissertação; é exatamente isso o sentido e o que mantém a unidade de um núcleo de pesquisa.

À professora Dandara Palhano, pelos saberes compartilhados em relação às análises estatísticas, bem como, por ter se revelado uma amiga e uma leve companhia;

À professora Ana Raquel Rosas Torres, a quem tenho gratidão e muita admiração, por ter me aceitado orientar no estágio docência, contribuindo de forma peculiar para minha identidade docente; pelas contribuições pertinentes na qualificação desta dissertação e pela apreciação do trabalho final;

À professora Betânia Maria Oliveira de Amorim, a quem tive o prazer de conhecer ainda na graduação, pela participação construtiva em minha formação como psicóloga e pesquisadora; pelas contribuições com a apreciação dessa dissertação;

À minha mãe, que no auge de seu analfabetismo, sempre me incentivou e apoiou nos estudos, mesmo sem a compreensão científica de tudo isso, mas sobrando o entendimento de que era algo bom para mim; pela força e inspiração para desbravar os caminhos da vida;

Ao meu pai (*in memoriam*) pelo exemplo de homem intelectual, justo e ético; pela confiança e esperança que sempre depositou em mim;

À minha irmã Jô, por ser tão cuidadosa comigo e mostrar-se uma pessoa a quem posso sempre recorrer e ser acolhida;

À minha irmã Edilma, que mal iniciou a vida acadêmica, mas já teve que saber com quantas “bads” se faz um mestrado, rsrsrs; mais que isso, pela escuta atenta, pela cumplicidade, pelo apoio incondicional, por valorizar meu conhecimento e por cuidar tão amorosamente de mim;

Aos meus irmãos Edson e Ernando por sempre apostarem em mim, valorizar minha profissão e sonhar comigo essa conquista;

Aos meus sobrinhos, Edson, Abne e Erick, pelas vezes que não me permitiram estudar, fazendo a peculiar bagunça das crianças; pelas vezes que encontraram meu computador ligado no editor de textos e fizeram maior desarranjo, sob a alegação de querer ajudar; sobretudo, por

em todos esses momentos me lembrarem de que nem só de mestrado vive o homem, me enchendo de um verdadeiro amor e carinho;

À minha querida, admirável e inestimável, Tia Raquel, por todo cuidado, dedicação e valiosos ensinamentos;

À prima, Antonieta Rodrigues, a quem tenho um carinho imenso e que tanto me ensina sobre a bondade e o desprendimento; por todo acolhimento, conselhos e encorajamentos;

Às irmãs Clarissas de Campina Grande- PB pela expressão de cuidado e carinho para comigo, mostrando-me que ser família é algo para além de laços sanguíneos;

Ao meu grande amigo, Emerson Do Bú, por ser um presente divino em minha vida, me ensinando e ajudando a construir a melhor versão de mim; por ser minha fortaleza, repleta de esperança, sabedoria, amor e cuidado; pelas extensas reflexões teóricas, pelas longas conversas, por todos os abraços demorados e por você existir;

À minha grande amiga, que distância geográfica nenhuma me faz esquecer, Alessandra Fernandes, por me agraciar com uma sincera e leve amizade;

À minha amiga, Josilene Nascimento, pela parceria, amizade, cumplicidade e acolhimento, legitimando diariamente o valor inestimável de uma verdadeira amizade;

Ao Mário Santos, meu anjo na terra, pela dedicação, incondicional, a mim e a tudo aquilo que pudesse me promover bem-estar; por apoiar meus sonhos, mas acima de tudo por me ajudar ativamente a concretizá-los.

À minha colega de turma de mestrado, Renalle Pessoa, a quem a vida me oportunizou uma relação que transpôs os muros da universidade, possibilitando uma construtiva amizade; com você, as durezas do mestrado pareciam mais suportáveis; ademais, você me ensinou o verdadeiro significado da resiliência;

Aos amigos Livia Braga, Albert, Ana Rogélia e Marília, por acompanharem de perto as dores e delícias de finalização do mestrado, sendo ouvidos atentos as minhas angústias, bem como verdadeiros encorajadores; vocês são por mim muito admirados;

À minha amiga, companheira, conselheira e psicóloga admirada, Marília Dutra, pela cumplicidade, simplicidade e o potente encontro que sua existência me possibilitou;

À Rejane Santos, minha amiga de infância, a quem me presenteia diariamente com a leveza de sua verdadeira amizade;

À amiga Joselma, pelo apoio e incentivo, desejando sempre que tudo ocorresse bem;

À minha amiga Ana Flávia, por todo apoio durante a construção dessa dissertação, incentivando-me, bem como sendo uma companhia agradável;

Aos membros do Centro Espírita Mensageiros do Bem, da cidade de Surubim - PE, por todo acolhimento para comigo, bem como pelo tão inestimável ensinamento de que fora da caridade não há salvação;

À sociedade brasileira, que apesar de todos os desmontes de direitos aos quais vem enfrentando, ainda assim resiste e possibilita, através de suas contribuições, tornar possível o ensino público superior, especialmente aquele dedicado a pesquisa, como é o caso do mestrado; esforçar-me-ei para que meu fazer científico, de alguma forma, contribua para o aperfeiçoamento da democracia e das estratégias de sociabilidade pacíficas;

À todos vocês, por reivindicarem minha presença, mas compreender o sentido de minha ausência; justamente por isso, vocês são o resumido grupo de pessoas que merecem todo o meu tempo e desvelo.

E, inexoravelmente, à Deus, por me proporcionar todos esses potentes encontros como prova de seu infinito amor para comigo.

RESUMO

Alexandre, M. E. S. (2018). *Linchamento: representações sociais, motivações para linchar, simpatia ideológica, atitude institucional e fatores preditores*. Dissertação de Mestrado, Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

O fenômeno do linchamento tem sido recorrente no Brasil, assim como no cenário internacional, desafiando as instituições oficialmente responsáveis pela aplicação da justiça, a partir da disseminação de expedientes extra-legais. Trata-se de uma peculiar forma de violência coletiva, em que um grupo de pessoas se reúne com o intuito de agredir e até levar a morte um ou mais acusados de romper alguma norma social. Apesar das implicações para a convivência social relativa à naturalização e legitimação da prática de linchamentos, as investigações acerca desse fenômeno ainda são incipientes no contexto nacional e internacional, em todas as áreas do conhecimento, especialmente relacionada à Psicologia. Considerando tais limitações, a presente dissertação buscou ampliar a compreensão acerca do linchamento, das motivações para linchar e dos fatores preditores de sua favorabilidade. Para tanto, foram realizados dois estudos empíricos. O primeiro objetivou identificar as representações sociais de estudantes universitários sobre o linchamento e as motivações para linchar. Consiste em um estudo de campo, quantitativo e qualitativo, de natureza descritiva e exploratória, com amostra não probabilística do tipo intencional. Neste, participaram 122 estudantes de Psicologia e Ciências Exatas, que responderam a uma lista de dados sociodemográficos e a dois questionários semiestruturados sobre o linchamento e suas motivações. As análises, por meio da Classificação Hierárquica Descendente, permitiram identificar que esses constructos são representados pelos grupos pesquisados a partir de apropriações de noções de cunho societal e socioemocionais, que tornam inteligível o fenômeno do linchamento, bem como evidenciaram ancoragens nas variáveis sociodemográficas religião, idade, curso e período dos participantes. Já o segundo estudo, teve por objetivo verificar o poder preditivo da simpatia ideológica e da atitude institucional em relação a favorabilidade ao linchamento. Refere-se a um estudo quantitativo, de natureza descritiva, exploratória e correlacional. Este, contou com a participação de 850 brasileiros, que responderam a um questionário sociodemográfico, duas Escalas de Atitudes frente ao Linchamento – uma com dilema moral e outra sem dilema, a Escala de Simpatia Ideológica e a Escala de Atitude Institucional. Os resultados indicaram diferenças em função das variáveis sociodemográficas em relação à favorabilidade ao linchamento; bem como, evidenciaram que a simpatia ideológica contribuiu mais que a atitude institucional para predizer a favorabilidade ao linchamento, resultando em um modelo que prediz uma parcela significativa do fenômeno. Em linhas gerais, os resultados dos dois estudos empíricos realizados evidenciaram que o linchamento encerra uma problemática enraizada em dimensões de ordem psicossociológicas. Trata-se de contribuições significativas e inovadoras para a compreensão do linchamento, além de legitimar o lugar da Psicologia Social nesse processo.

Palavras-chave: linchamento, representações sociais, simpatia ideológica, atitude institucional, fatores preditores.

ABSTRACT

Alexandre, M. E. S. (2018). *Lynching: social representations, motivations to lynch, ideological sympathy, institutional attitude and predictors*. Master's Dissertation, Postgraduate Program in Social Psychology, Federal University of Paraíba, João Pessoa - Paraíba.

The lynching phenomenon has been recurrent in Brazil, as well as in the international scenario, challenging the institutions officially responsible for the justice application, from the dissemination of extra-legal cases. This is a peculiar form of collective violence, in which a group of people gather to attack and even kill one or more of those accused of breaking a social norm. Despite the social coexistence implications related to the naturalization and legitimization of the lynching practice, investigations on this phenomenon are still incipient in the national and international context, in all knowledge areas, especially related to Psychology. Considering these limitations, this dissertation sought to broaden the lynching understanding, the motivations to lynch and the predictive factors to its favorability. To do this, two empirical studies were carried out. The first one aimed to identify the social representations of university students on lynching and the motivations to lynch. It is a field study, quantitative and qualitative, descriptive and exploratory, with a non-probabilistic sample with the intentional type. In this, 122 students of Psychology and Exact Sciences participated, who answered a list of sociodemographic data and two semi-structured questionnaires on lynching and its motivations. The analyzes, through the Descending Hierarchical Classifications, allowed us to identify that the constructs are represented by the groups researched from the societal and socio-emotional notions appropriations that make the lynching phenomenon intelligible, as well as evidence anchorages in sociodemographic variables (religion, age, course and period of the participants). The second study aimed to verify the predictive power of ideological sympathy and institutional attitude regarding favorability to the lynching. It is a quantitative search, with a descriptive, exploratory and correlational nature. It was attended by 850 Brazilians, who answered a sociodemographic questionnaire, two Scales of Attitudes toward Lynching - one with a moral dilemma and another without it, the Ideological Sympathy Scale and the Institutional Attitude Scale. The results indicated differences according to the sociodemographic variables in relation to the lynching favorability; as well as, evidenced that ideological sympathy contributed more than the institutional attitude to predict lynching favorability, resulting in a model that predicts a significant portion of the phenomenon. Broadly, the results of the two empirical studies showed that lynching contains a problem rooted in psycho-sociological dimensions. These are significant and innovative contributions to the lynching understanding, in addition to legitimizing the place of Social Psychology in this process.

Keywords: lynching, social representations, ideological sympathy, institutional attitude, predictive factors.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Teste de Comparação de Médias entre os sexos masculino e feminino em relação a favorabilidade ao linchamento sem e com dilema.....	46
Tabela 2 - Dados descritivos dos grupos amostrais em relação a escolaridade para as condições favorabilidade ao linchamento sem e com dilema, respectivamente.....	46
Tabela 3 - Post-hoc de Tukey para comparação dos grupos amostrais em função da escolaridade para a condição Favorabilidade ao Linchamento sem e com dilema	47
Tabela 4 - Dados descritivos dos grupos amostrais em relação a renda para a condição com dilema	47
Tabela 5 - Post-hoc de Tukey para comparação dos grupos amostrais em função da escolaridade para a condição favorabilidade ao linchamento com dilema.....	48
Tabela 6 - Média e Desvio Padrão das Variáveis Independentes	48
Tabela 7 - Resultados da Análise de Regressão, considerando a Favorabilidade ao Linchamento Sem Dilema (FLSD).....	49
Tabela 8 - Resultados da Análise de Regressão, considerando a Favorabilidade ao Linchamento com Dilema.....	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do <i>corpus</i> 1, Representações Sociais do Linchamento	29
Figura 2- Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do <i>corpus</i> 2, Representações Sociais das Motivações para Linchar.	33

LISTA DE SIGLAS

ANOVA	Analysis of Variance
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CD	Com Dilema
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
DP	Desvio Padrão
ESI	Escala de Simpatia Ideológica
EAI	Escala de Atitude Institucional
FLCD	Favorabilidade ao Linchamento sem Dilema
FLCD	Favorabilidade ao Linchamento com Dilema
IC	Intervalo de Confiança
M	Média
Máx.	Máximo
Mín.	Mínimo
N	Número
RS	Representações Sociais
SD	Sem Dilema
SPSS	Statistical Package for Social Science for Windows
UCIs	Unidades de Contexto Iniciais
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
VI	Variável Independente
VD	Variável Dependente

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE SIGLAS.....	xiii
INTRODUÇÃO	16
ESTUDO 1	23
Representações Sociais do Linchamento e das Motivações para Linchar	23
Resumo.....	23
Abstract	23
Método.....	26
<i>Tipo de estudo</i>	<i>26</i>
<i>Participantes</i>	<i>26</i>
<i>Instrumentos</i>	<i>26</i>
<i>Procedimento</i>	<i>26</i>
<i>Análise de dados.....</i>	<i>27</i>
Resultados	27
Campo representacional e Ancoragens Sociais do Linchamento	27
1) Análise do <i>Corpus 1</i>- Representações Sociais e Ancoragens do Linchamento	27
Subgrupo 1- Visão Societal do Linchamento.....	30
Subgrupo 2 - Julgamento do Ato de Linchar	30
2) Análise do <i>corpus 2</i> – Representações Sociais das Motivações para Linchar.....	31
Subgrupo I: Motivações Sociais para Linchar	33
Subgrupo II: Motivações Socioemocionais para Linchar	34
Discussão	35
Considerações Finais.....	38
Referências	38
ESTUDO 2	41
Simpatia Ideológica, Atitude Institucional e Favorabilidade ao Linchamento	41
Resumo.....	41

Abstract	15
Abstract	41
Método.....	44
<i>Tipo de Estudo.....</i>	44
<i>Participantes</i>	44
<i>Instrumentos</i>	44
<i>Procedimento</i>	45
<i>Coleta de Dados.....</i>	45
<i>Análise de Dados.....</i>	45
Resultados	45
Discussão	50
Considerações Finais.....	55
Referências	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59
Apêndice I - Questionário Sociodemográfico do Estudo 1	62
Apêndice II - Questionário Semiestruturado Estudo 1	63
Apêndice III - TCLE do Estudo 1	64
Apêndice IV - Questionário Sociodemográfico do Estudo 2	66
Apêndice V - Escala de Simpatia Ideológica	67
Apêndice VI - Escala de Atitude Institucional	68
Apêndice VII - Escala de Favorabilidade ao Linchamento sem Dilema	69
Apêndice VIII - Escala de Favorabilidade ao Linchamento com Dilema Moral	70
Apêndice IX – TCLE do Estudo 2	71

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem por objetivo apresentar, na forma de artigos, os resultados de duas pesquisas sobre o fenômeno do linchamento, desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. Como enfoque teórico, adotou-se a Teoria das Representações Sociais (Doise, 2002; Moscovici, 1978/2012). Para uma melhor operacionalização do objeto de estudo e da teoria escolhida, prosseguem-se com algumas considerações.

A violência em suas diversas formas de expressão vem se destacando no cenário brasileiro, fazendo parte da experiência cotidiana da população, vitimando-a e incitando um clima de medo e insegurança. A divulgação deste fenômeno contribui para a disseminação e a construção de representações multifacetadas pela população. Tais representações, ao dimensionarem a amplitude da violência, por sua vez, contribuem para o fortalecimento de uma cultura do medo. Medo este, vivenciado, sobretudo, mais não exclusivamente, nos grandes centros urbanos, espaço que tem sido palco das mais variadas manifestações de violência (Cerqueira & Noronha, 2004; Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Ruotti et al., 2009; Sinhoretto, 2002; 2009; Souza & Menandro, 2002).

Por mais que a violência não tenha crescido na mesma proporção em que é propagada nos meios midiáticos, é notável que esta ideia já impregnou o imaginário social, mobilizando, além do medo, estratégias de proteção por parte da sociedade. Assim, observa-se, por exemplo, o crescimento das empresas de segurança privada, o mercado de seguros e, até mesmo, a modificação na arquitetura das grandes cidades brasileiras, que passam a ser estruturadas visando maior proteção (Bussinger & Novo, 2008; Souza & Menandro, 2002). Desse modo, mesmo que não haja uma associação direta entre o medo, a insegurança e a experiência concreta da violência por parte da população, toda uma logística vem sendo empregada como medida para impedir seus efeitos potenciais.

Essas estratégias não estão assentadas, unicamente, no medo e insegurança sentidos pela população, associam-se também à descrença no funcionamento das instituições responsáveis pelo provimento da segurança e aplicação da justiça. Tal cenário acaba por constituir um terreno fértil para o desenvolvimento de juridicalidades alternativas, que funcionam a partir de expedientes extra-oficiais, buscando a “resolução” de conflitos. Assim, a percepção acerca da justiça estatal, associada à insegurança, alimentada pela cultura do medo, coadunam-se como fatores para a legitimação de formas alternativas de justiça (Cerqueira & Noronha, 2004; Sinhoretto, 2009; Martins, 2015; Vutane, 2013).

Dentre os meios extra-legais de justiça, que têm adquirido notoriedade no contexto brasileiro, sublinha-se o esquadrão da morte, as milícias em bairros periféricos, os pistoleiros e a

recorrente prática de linchamentos. Apesar das diferenças existentes no modo de organização das referidas formas de juridicalidades alternativas, há nelas um núcleo de sentido comum, são contestações ao sistema de justiça formal, representado como inoperante. Tal sistema, ao ser interpretado como incapaz de resolver os conflitos, torna emergente outras formas de prover “justiça”, relativizadas por princípios, por vezes, não democráticos, intensificando com isso o ciclo de violência (Bussinger & Novo, 2008; Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Sinhoretto, 2002; 2009; Souza & Menandro, 2002).

Tendo em vista o objeto de estudo desta pesquisa, dá-se destaque especial aos linchamentos, sem, porém, desconsiderar a importância de reflexões sobre as demais formas de juridicalidades extra-oficiais. O linchamento pode ser compreendido como uma forma de violência coletiva dirigida a um indivíduo, ou grupo, por se acreditar que estes tenham rompido alguma norma social e/ou cometido algum crime (Cerqueira & Noronha, 2004; Martins, 2015; Ruotti et al., 2009; Souza & Menandro, 2002; Sinhoretto, 2009; Vutane, 2013).

Um dos fatores principais, que diferencia o linchamento de outras formas de execução sumária, concerne à ideia de uma ação realizada por uma multidão que, após a ação, se dissolve. Esta prática tem sido registrada em grande proporção no Brasil, com frequência de pelo menos um caso por dia, revelando um cenário de perpetuação da violência (Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015).

No que tange as possíveis motivações para a prática do linchamento, registra-se a descrença nas instituições responsáveis, oficialmente, pela segurança e aplicação da justiça que, por vezes, mostram-se tardias e/ou pouco eficazes; falta de identificação entre as práticas, ritualmente, codificadas e herméticas dos juristas e a compreensão da população sobre o sentido de justiça que propagam; as desigualdades no acesso a justiça, especialmente por parte dos extratos sociais menos privilegiados economicamente (Bussinger & Novo, 2008; Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Sinhoretto, 2002; Vutane, 2013).

Esses são alguns dos possíveis fatores que contribuem para o desencadeamento de formas de resolução de conflitos que ocorrem ao largo da justiça formal, como a prática de linchamentos, mas certamente não são as únicas justificativas cabíveis. Observa-se, por exemplo, os casos em que as autoridades oficiais cumprem seus papéis, capturando e agenciando os julgamentos formais dos acusados, e, mesmo assim registram-se tentativas de linchamentos por parte da população. Pode-se citar, a título de ilustração, as ações de linchamentos em delegacias e outros espaços onde os criminosos já estão sobre a responsabilidade do sistema de segurança e justiça (Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Ritchey & Ruback, 2017; Serra, 2008; Sinhoretto, 2002; Vutane, 2013).

Nesse sentido, mais do que a descrença nas instituições oficiais de justiça, percebe-se uma reivindicação de participação mais direta da população na aplicação das penalidades. É como se o tipo de pena sancionada pela justiça oficial não fosse equivalente à medida que a população julga necessária. Assim, o linchamento incide como uma reivindicação de outra forma de fazer justiça, que não comporta aspectos legais (Martins, 2015; Ritchey & Ruback, 2017; Souza, 1999; Sinhoretto, 2002; 2009).

Consoante com a prática do linchamento configura-se um modo de fazer justiça para além dos aparatos normativos oficiais, o comumente chamado “fazer justiça com as próprias mãos”. Pode-se dizer que tal prática denota um sentido relativo aos valores de justiça, fazendo conflitar os princípios da justiça estatal com aqueles das formas não-legais de resolução de litígios. Enquanto os dispositivos formais de promoção de justiça operam, pelo menos em tese, buscando garantir o direito de julgamento formal e igualitário, a prática do linchamento busca a eliminação sumária da parte conflitante, violando o direito de um julgamento formal (Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Ruotti et al., 2009; Sinhoretto, 2002, 2009; Souza & Menandro, 2002).

Os linchamentos, segundo seus praticantes, possuem uma função pedagógica, que consiste em prevenir ou evitar novos crimes, pela demonstração das consequências negativas para aqueles que tiverem intenção de romper as regras sociais e cometerem algum crime (Sinhoretto, 2002). Ao caráter de exemplaridade do linchamento, em muitos casos, especialmente diante de crimes tidos como hediondos, associam-se rituais adicionais de violência, como a castração, o dilaceramento, o esquartejamento, o fuzilamento e a queima do corpo (Lobo & Filho, 2017; Ritchey & Ruback, 2017; Souza & Menandro, 2002).

Além da percepção dessa dimensão pedagógica contida no fenômeno do linchamento, existe também o desejo de vingança que perpassa a população diante de algumas situações extremas, mobilizando-a para o ato de linchar. A este respeito Souza (1999) salienta que:

Apesar da existência de um sistema racional que objetiva restringir o espaço da justiça pessoal, ele é incapaz, em muitos casos, de aplacar o espírito dos homens, não conseguindo controlar o sentimento de vingança, que algumas situações extremas produzem. O sentimento de vingança pode gradualmente se incorporar à representação de justiça. Fazer justiça, produzir a equivalência entre delito e pena, significa pagar com a mesma moeda: é a lei do «olho por olho, dente por dente». Esta é a ética que funciona como regulador em tais ocorrências, associada obviamente a outros múltiplos determinantes (p. 333).

Esse panorama é preocupante, pois embora no Brasil não se tenha instituída a pena de morte, as ocorrências de linchamentos parecem substituir o significado desta (Souza, 1999; Martins, 2015). Nota-se, um processo de banalização da prática de linchamentos, revelando um contexto de graves violações de Direitos Humanos, de modo especial do direito a vida (Ruotti et al., 2009). Descortina-se assim, um cenário em que a vida humana passa a ser “relativizada por qualquer matriz ideológica” (Souza & Menandro, 2002, p. 253).

Um fator adicional tem contribuído de forma contundente para agravar e legitimar este fenômeno, evidenciando uma inversão de valores. Este elemento concerne à pouca mobilização dos policiais para impedir tal prática e, não raro, à própria participação, direta ou indiretamente, nessas ações, como constatou o estudo de Souza (1999). O referido trabalho consistiu em um estudo de caso da implicação das instituições policiais e judiciárias em um linchamento ocorrido em uma cidade do interior do Brasil, que vitimou três acusados de homicídio, que já estavam sobre custódia da justiça.

Ao realizar análises de conteúdo de entrevistas, conversas informais, reportagens veiculadas pela mídia e dos processos legais acerca do caso, Souza (1999) evidenciou falhas técnicas, indicação de negligência por parte de tais instituições e sobreposição de interesses políticos locais. Esse conjunto de fatores corroborou a produção de uma verdade diferenciada do que ocorreu de fato, outorgando a comunidade o direito de fazer justiça com as próprias mãos. Observa-se assim, que a inoperância do sistema de justiça oficial, inclusive no que tange a proteção dos supostos criminosos para que sejam julgados formalmente, sinaliza o enfraquecimento do princípio da imparcialidade na aplicação da justiça.

Outro fator que merece reflexões diz respeito ao perfil sociodemográfico das vítimas “preferenciais” de linchamentos, conforme vem indicando os estudos. Registra-se que as pessoas em situações socioeconômicas precárias são as vítimas mais recorrentes de linchamentos, demonstrando que a desigualdade tangente aos direitos sociais e econômicos, intensificam outras formas de violência (Ruotti et al., 2009; Sinhoretto, 2002; Souza & Menandro, 2002).

No que refere-se às características étnicas, os negros e mulatos são as principais vítimas de linchamentos, aspecto que sinaliza a persistência de preconceitos raciais no país. Ao ter em análise o sexo e a idade, observa-se que os homens entre 15 e 30 anos de idade são as vítimas mais comuns desse tipo de justicamento (Ruotti et al., 2009; Sinhoretto, 2002; Souza & Menandro, 2002). Configura-se assim, as principais características sociodemográficos das vítimas preferenciais de linchamento no Brasil.

Destarte, o linchamento, enquanto alternativa de prover justiça, destoaria, sobremaneira, de um projeto societário democrático e justo, ao contrário, conflui para a intensificação dos ciclos de violência no interior da sociedade, instaurando novas formas de injustiças. Embora os linchamentos possam ser interpretados como uma forma de protesto social, diferente de outros tipos de manifestações populares, não propõe um projeto político-social revolucionário e democrático. Ao contrário, representam, por um lado, o descontentamento de um grupo social com o funcionamento do sistema de justiça e das políticas públicas de segurança e, por outro lado, constitui um ato violento que ameaça a convivência em sociedade (Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Sinhoretto, 2002; 2009).

Com respeito a fundamentação teórica da presente dissertação, compreende-se as representações sociais como fenômenos psicossociológicos, tendo em vista que comportam aspectos psicológicos, afetivos, sociais, ideológicos e culturais, entre outros. Esse conjunto de fatores está intrinsecamente relacionado às dimensões histórica e cultural da realidade; assim, por meio das trocas simbólicas e dos processos de construção e reconstrução do cotidiano é elaborado um conhecimento comum, que irá reger a maneira como o indivíduo representa o mundo e guia suas ações em situações específicas (Doise, 2002; Moscovici, 1978/2012).

Sublinha-se, o caráter orientador de condutas das representações sociais, que revela que a representação que se tem de um determinado objeto, molda a forma como o indivíduo ou grupo social se relaciona com ele. Nesse sentido, pode-se dizer que as representações sociais, enquanto um conjunto de símbolos e significados construídos e compartilhados por um grupo social são operações de sentidos que justificam a expressão de um comportamento (Moscovici, 1978/2012).

Essa representação está sempre ligada a um grupo de pertença social, o que indica que um mesmo objeto pode ser alvo de distintas representações, conforme os valores e crenças partilhados pelos conjuntos sociais em que são forjadas (Jodelet, 2001; Moscovici, 1978/2012). Isto explica, em parte, o porquê de alguns grupos serem favoráveis e outros não a determinados fenômenos sociais, como por exemplo, a prática do linchamento como alternativa de justiça. Vale lembrar que Spini e Doise (1998) enfatizam, como aspectos principais a serem investigados pelos estudos de representações sociais, a importância de verificação do campo representacional, dos princípios organizadores do pensamento social e das ancoragens alusivas ao sistema de significados simbólicos.

Tendo em vista a premissa de que grupos sociais diferentes constroem e compartilham representações de natureza distintas, tem-se tradicionalmente realizado pesquisas nessa área comparando dois ou mais grupos, como também fora feito na presente dissertação. Para citar alguns destes estudos, sublinha-se o estudo de Lacerda et al. (2002) que comparou as representações

sociais de estudantes de Psicologia, Engenharia Civil e Medicina acerca do preconceito contra homossexuais; Shimizu (2004) que buscou analisar as representações sociais de jovens brasileiros e argentinos sobre lei, justiça e injustiça; Pereira et al. (2011) que investigaram as relações entre o preconceito contra homossexuais e a relação com as representações sociais sobre a homossexualidade entre seminaristas católicos e evangélicos; Alexandre, Galvão e Scardua (no prelo) que buscaram investigar a relação entre as representações sociais e o julgamento moral acerca do linchamento e identificar as atitudes de estudantes de Psicologia e de Ciências Exatas sobre esta prática.

Este tipo de estudo permite identificar os componentes (informação, campo representacional e atitude) e os processos de formação das representações sociais (objetivação e ancoragem). A informação diz respeito à organização dos conhecimentos que o grupo dispõe sobre um dado objeto social; ao passo que o campo representacional remete à expressão dos conteúdos da representação, revelando seus significados e valoração, bem como os aspectos mais e menos consensuais sobre um dado objeto social; as investigações em relação aos processos de formação das representações sociais visam compreender aspectos psicológicos dos posicionamentos individuais, psicossociológicos e sociológicos; já o componente atitudinal refere-se a uma orientação global em relação ao objeto da representação. Essas três dimensões fornecem inteligibilidade ao conteúdo da representação social, facilitando a compreensão de como o grupo relaciona-se com o objeto socialmente valorizado (Moscovici, 1978/2012; Spni & Doise, 1998).

Os processos de formação das representações sociais assumem a função de transformar o não-familiar em algo com feições familiares através de operações de pensamento que tomam por base a memória e as conclusões passadas. Assim, o novo passa a ser transferido para uma esfera já conhecida de cada indivíduo, possibilitando a realização de comparações, interpretações e a reprodução, do que era de ordem imaginária em uma realidade observável, com status de natural. Nesse contexto, a objetivação atua fornecendo uma figura para um dado objeto social, ao passo que a ancoragem busca atribuir sentido a imagem figurativa que, por seu turno, passa a integrar a grade de leitura do mundo do indivíduo (Jodelet, 2001; Moscovici, 1978/2012).

Esses processos ocorrem de forma dinâmica, implicando em mudanças nas representações através da constante incorporação de elementos familiares ao novo que, paulatinamente, passa ser aceito/incorporado como objeto de representação pelo indivíduo e/ou grupo. O elemento novo é aceito na forma de uma imagem que passa a conter um núcleo figurativo relacionado ao objeto de representação, estruturado com base nos critérios culturais e normativos (Doise, 2002; Jodelet, 2001; Moscovici, 1978/2012).

As imagens selecionadas passam a compor o ambiente social, por excelência dinâmico, podendo receber acréscimos ou serem substituídas por novas imagens. Tais imagens passam a fazer parte do cotidiano dos indivíduos e grupos sociais, sem que estes se deem conta de onde originaram-se; isto porque o mecanismo da ancoragem permite a classificação do objeto representado a partir do quadro de referência disponível, tornando-o menos assustador e constituinte da realidade social (Moscovici, 1978/2012).

Nesse sentido, o novo objeto passa a fazer parte das interações sociais, sendo alvo de representações que buscam tornar a realidade inteligível, fazendo emergir novas práticas sociais. Desse modo, tem-se uma nova base representacional, que conforme apresentando anteriormente, implica em formas particulares de relação com um fenômeno social, instrumentalizando as condutas dirigidas a este. É nesse contexto que torna-se possível a emergência de atitudes sociais sobre o objeto de representação, em que o indivíduo ou grupo atribui-lhe um valor positivo ou negativo. Nota-se assim, o poder de transformação da realidade social que uma representação pode assumir, uma vez que é a partir dela que os indivíduos e grupos organizam sua experiência social e passam a fazer o que fazem (Doise, 2002; Jodelet, 2001; Moscovici, 1978/2012).

Considerando a pertinência desse enfoque teórico para ampliar a compreensão do fenômeno do linchamento, foi realizado um primeiro estudo, cujo objetivo foi identificar as representações sociais de estudantes universitários sobre o linchamento e as motivações para linchar. Trata-se de um estudo de campo, quantitativo e qualitativo, de natureza descritiva e exploratória, com amostra não probabilística do tipo intencional.

Os resultados dessa investigação permitiram questionar, por exemplo, que fatores têm contribuído para a crescente aprovação e prática do linchamento? Dentre esses fatores, pergunta-se: será que há influência da simpatia por algumas ideologias, como aquelas mais conservadoras? Pode-se dizer que a atitude institucional, como a crença ou descrença nas instituições de controle, influenciam no posicionamento dos indivíduos em relação ao linchamento?

É nesse contexto que surge o segundo estudo que compõe essa dissertação, como um esforço de ampliação das compreensões fornecidas pelo primeiro, buscando responder aos referidos questionamentos. Nesse sentido, acredita-se que as variáveis de natureza psicossociológicas, mais especificadamente a simpatia ideológica e a atitude institucional, ajudam a explicar uma parcela significativa da favorabilidade à prática do linchamento. Com base nessa hipótese, o segundo estudo teve por objetivo verificar o poder preditivo da simpatia ideológica e da atitude institucional em relação à favorabilidade ao linchamento. Este contou com um delineamento quantitativo, de natureza descritiva, exploratória e correlacional.

ESTUDO 1

Representações Sociais do Linchamento e das Motivações para Linchar

Resumo

Objetivou-se identificar as representações sociais de estudantes universitários sobre o linchamento e as motivações para linchar. Trata-se de um estudo de campo, quantitativo e qualitativo, de natureza descritiva e exploratória, realizado com 122 participantes, que responderam a uma lista de dados sociodemográficos e a dois questionários semiestruturados sobre o linchamento e suas motivações. Realizaram-se análises descritivas e Classificações Hierárquicas Descendentes. Os resultados revelaram conteúdos que compõem o campo representacional e as variáveis que ancoram o pensamento social acerca dessa temática. Permitiram identificar também que o linchamento e as motivações para linchar são representados a partir de noções de cunho societal e socioemocionais, indicando assim o esforço dos sujeitos pesquisados para significar essa prática social.

Palavras-chave: linchamento, representações sociais, motivações sociais, motivações socioemocionais.

Social Representations of Lynching and the Motivations to Lynch

Abstract

This study aims to identify the social representations of university students on lynching and the motivations to lynch. It is a field study, quantitative and qualitative, descriptive and exploratory, carried out with 122 participants, who answered a list of sociodemographic data and two semi-structured questionnaires on lynching and its motivations. Descriptive analyzes and Descending Hierarchical Classifications were carried out. The results revealed contents that make up the representational field and the variables that anchor the social thought on this theme. They also allowed us to identify that lynching and its motivations are represented by the subjects researched from societal and socio-emotional notions, indicating an effort to signify this social practice.

Keywords: lynching, social representations, social motivations, social-emotional motivations.

A prática de linchamento no Brasil tem sido notificada com frequência de pelo menos um caso por dia, revelando a formação de um sistema extra-oficial de prover justiça. Trata-se do popular “fazer justiça com as próprias mãos”, em que um grupo de pessoas ataca violentamente um indivíduo acusado de romper alguma norma social, como uma estratégia de puni-lo pelo suposto ato infracional (Cerqueira & Noronha, 2004; Martins, 2015; Rodrigues, 2013; Sinhoretto, 2002; Souza & Menandro, 2002; Vutane, 2013).

A recorrência desse tipo de violência tem conformado um cenário em que as pessoas parecem não acreditar nas instituições oficiais de aplicação da justiça, requerendo para si tal direito, prescindindo assim de uma avaliação e julgamento sobre a culpabilidade do acusado. Desse modo, o linchamento revela, dentre outras coisas, o descontentamento da população com os expedientes jurídicos, por vezes considerados ritualizados, herméticos e incapazes de administrar a “penalidade merecida” em função da magnitude do crime (Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Sinhoretto, 2002).

Essa apreciação da ineficiência da justiça pode ser observada, por exemplo, nos casos em que as instâncias oficiais já têm feito seu papel, mas mesmo assim a população não se contenta: atacam delegacias e viaturas da polícia e visam acessar o acusado para linchar. Isso tem ocorrido, sobretudo, ao se tratar de crimes tidos como hediondos, como o assassinato e as agressões sexuais que despertam a comoção social, o sentimento de impunidade e o desejo da população de participar ativamente da aplicação da justiça. Nesse contexto, o linchamento é compreendido como uma forma de protesto social contra a lógica de funcionamento do sistema oficial de justiça e como uma medida para apaziguar a sensação de insegurança sentida pela população (Martins, 2015; Ritchey & Ruback, 2017; Serra, 2008; Sinhoretto, 2002; Vutane, 2013).

Vale destacar que, o linchamento não apenas tem se popularizado, como também apresenta características que despertam especial atenção, tanto no contexto nacional (Martins, 2015), quanto internacional (Ritchey e Ruback, 2017). Dentre essas características, têm-se os rituais adicionais de violência, em que além do ato de linchar, registram-se o dilaceramento, esquartejamento, o fuzilamento e a queima do corpo; ademais, tem sido cada vez mais comuns gravações e divulgações de vídeos de cenas de linchamento em canais de compartilhamento na internet, como o *youtube*, onde é possível ver a participação ativa de homens, mulheres e crianças (Martins, 2015; Rodrigues, 2013); outra característica refere-se às vítimas preferenciais dos linchamentos, em que se nota maior índice de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros e mulatos e homens entre 15 e 30 anos de idade, denotando uma dimensão discriminatória presente no linchamento (Martins, 2015; Ritchey & Ruback, 2017; Ruotti et al., 2009; Sinhoretto, 2002; Souza & Menandro, 2002).

Apesar da prática do linchamento intensificar os ciclos de violência e denotar graves violações dos Direitos Humanos, especialmente do direito a vida, tem-se um gradual processo de incorporação e legitimação desse tipo de justicamento como uma medida alternativa de resolver litígios e distribuir a justiça, servindo também como exemplo das consequências para aqueles que romperem as normas sociais (Goldstein, 2003; Ruotti et al., 2009; Krupa, 2009; Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Sinhoretto, 2002).

Nota-se que, apesar das implicações para a convivência social relativa à naturalização e legitimação da prática de linchamentos, as investigações acerca desse fenômeno ainda são incipientes no contexto nacional e internacional, em todas as áreas do conhecimento, especialmente naquela relacionada à Psicologia. Salienta-se ademais, a necessidade de pesquisas que busquem identificar o que os indivíduos e grupos sociais pensam a respeito dessa temática, tendo em vista que as poucas investigações a respeito concentram-se, principalmente, em estudos documentais, a partir de matérias de jornais. Embora essas pesquisas contribuam para a tipificação da prática, são limitadas para acessar as implicações e representações sociais de tais atos, pela ótica dos diversos atores sociais.

Assim, empreender investigações dessa natureza faz-se necessário, pois a prática de linchamentos tem repercutido socialmente, sendo temática recorrente das conversações cotidianas, contribuindo para um processo de construção e compartilhamento de formas de representar e agir frente a esse fenômeno social. Considerando esse cenário, o presente estudo, de modo exploratório, tem por objetivo identificar as representações sociais de estudantes universitários sobre o linchamento e as motivações para linchar.

Acredita-se, portanto, que a Teoria das Representações Sociais, formulada por Moscovici (1978, 2012), contribuirá para elucidar a organização do campo representacional e as ancoragens do pensamento social sobre o linchamento e as motivações para linchar. Nesse sentido, as representações sociais são compreendidas como uma forma de conhecimento própria do senso comum, elaboradas e compartilhadas através da comunicação social. Além disso, as representações sociais possuem um caráter orientador de condutas, revelando que a representação de um determinado objeto social, molda o comportamento dos indivíduos e grupos sociais frente a este.

No que tange aos aspectos principais a serem investigados pelos estudos de representações sociais, Spini e Doise (1998) preconizam, conforme fora feito, em parte, no presente trabalho, a verificação do campo representacional, dos princípios organizadores do pensamento social e das ancoragens alusivas ao sistema de significados simbólicos. Devido não ter sido encontradas pesquisas sobre o linchamento na perspectiva das representações sociais e, conseqüentemente, a identificação dos referidos aspectos, o presente estudo mostra-se pertinente e inovador para a área.

Assim, a organização do campo representacional visa a identificação dos elementos comuns das representações, ou seja, a maneira como o senso comum definem, estruturam, objetivam ou categorizam o conhecimento de um dado objeto social; já a pesquisa sobre os princípios organizadores focam na variação valorativa atribuída pelas pessoas ou grupos a distintos aspectos do campo representacional; em relação as ancoragens, processo que busca adequar conceitos, ideias ou imagens não familiares ao pensamento através da comparação com categorias já existentes, as

investigações podem focar: aspectos psicológicos dos posicionamentos individuais (atitudes e valores), psicossociológicos (percepção das pessoas em relação a dinâmica relacional entre os grupos sociais) e sociológicos (pertencimento de indivíduos a grupos com determinadas características, como renda, escolaridade e afiliação religiosa) (Spini & Doise, 1998).

Método

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo de campo, quantitativo e qualitativo, de natureza descritiva e exploratória (Creswell, 2007), com amostra não probabilística do tipo intencional.

Participantes

Participaram 122 estudantes do 4º ao 6º período dos cursos de Psicologia (N=61) e Ciências Exatas (N= 61), com idades entre 17 e 33 anos (M=21,00; DP=3,25), sendo 52% do sexo feminino, declarados Católicos (56%), Ateus (17%), Evangélicos (11%), Cristãos (6%), Agnósticos (6%), Espíritas (3%) e Wiccanos (1%).

Instrumentos

Utilizou-se como instrumento um questionário, contendo as seguintes perguntas “1- em sua opinião, o que é linchamento?” e “2- em sua opinião, porque as pessoas cometem linchamento?”, bem como uma lista para identificação dos dados sociodemográficos (sexo, idade, curso, período e religião).

Procedimento

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, do Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Universidade Federal de Campina Grande (CAAE 42666915.7.0000.5182) e respeitou os princípios éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos, conforme preza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). Os instrumentos foram respondidos de forma individual, todavia coletivamente no contexto das salas de aula.

Análise de dados

Os dados foram analisados através do *software* IRAMUTEQ (Camargo & Justo, 2013), que permitiu realizar: 1) a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) das classes de palavras, identificando os campos semânticos ou campos representacionais em forma de dendrograma, bem como as variáveis que mais contribuíram para sua construção, entendidas aqui como variáveis de ancoragem.

Resultados

Campo representacional e Ancoragens Sociais do Linchamento

A seguir, serão apresentados os resultados da análise referente a Classificação Hierárquica Descendente do *corpus 1*, denominado Representações Sociais do Linchamento, alusivo as respostas do questionário “em sua opinião, o que é linchamento?” e do *corpus 2*, Representações Sociais das Motivações para Linchar, que diz respeito as respostas da pergunta “em sua opinião, porque as pessoas cometem linchamentos?”. Sublinha-se que, com base na CHD, buscaram-se a identificação e análise dos domínios textuais, das variáveis de ancoragem que se mostraram significativas para cada classe e a interpretação dos significados subjacentes, procedendo-se, em seguida, com a atribuição de nomes que melhor representam o conteúdo de cada classe e subgrupo.

Assim, as distribuições das classes dos dois *corpus* analisados serão apresentadas, conforme os dendrogramas contidos nas figuras 1 e 2, evidenciando seus nomes, as palavras mais significativas a elas associadas e seus respectivos quiquadrados (χ^2), bem como as variáveis de ancoragem que contribuíram para sua construção; posteriormente, serão apresentados alguns segmentos de textos como exemplos da localização do contexto dessas palavras.

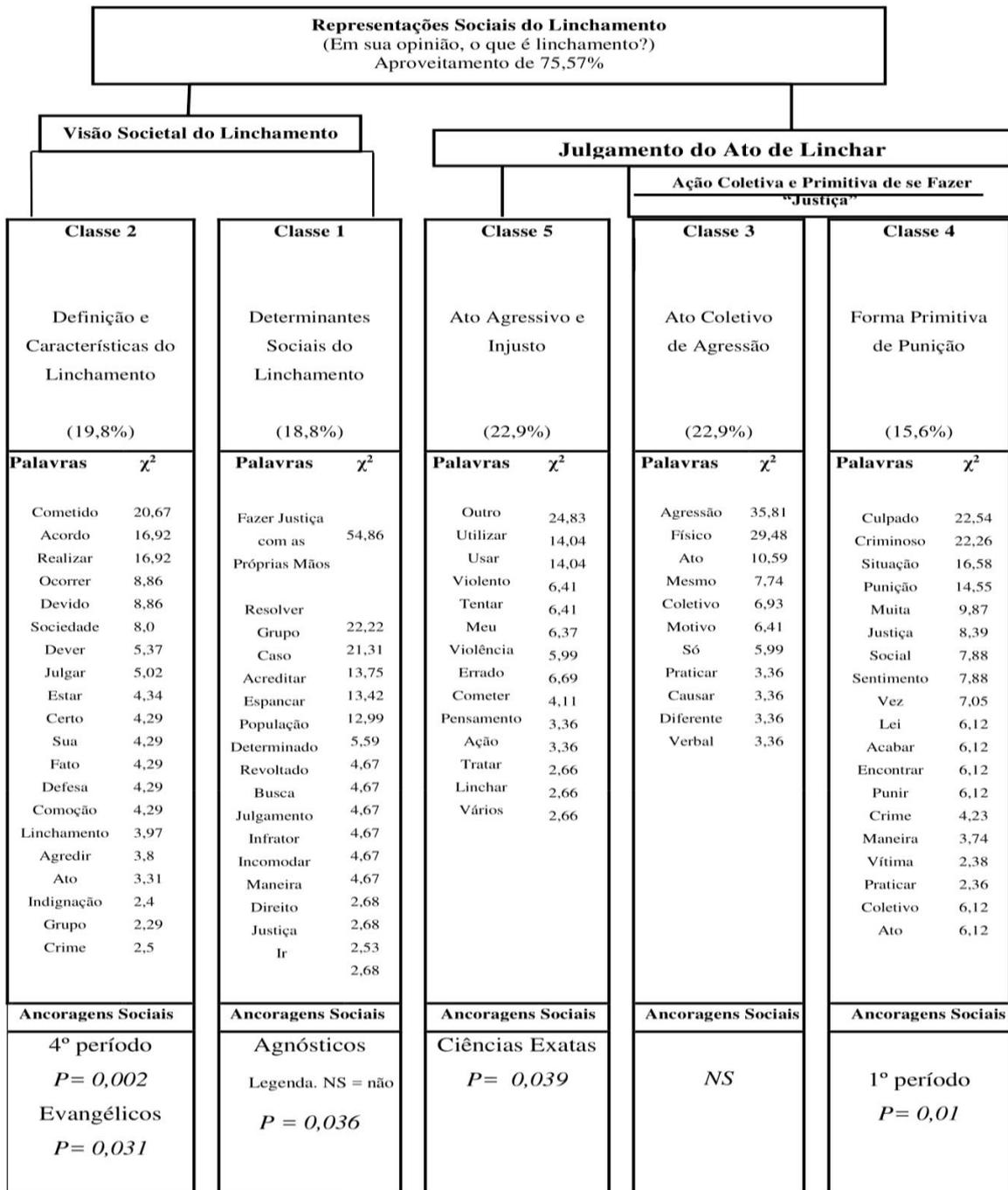
1) Análise do *Corpus 1*- Representações Sociais e Ancoragens do Linchamento

Na análise lexical do *corpus 1*, Representações Sociais do Linchamento, o *software* reconheceu a separação deste em 122 Unidades de Contexto Iniciais (UCIs), totalizando 3600 palavras, cujo número de 934 fora de palavras distintas. Ao processar a CHD, o IRAMUTEQ reconheceu a separação do referido *corpus* em 140 segmentos de textos, com aproveitamento satisfatório de 75,57% deste, revelando um total de 5 classes.

De acordo com a figura 1, referente a CHD deste *corpus*, onde é possível perceber as relações interclasses (a leitura deve ser feita da esquerda para a direita), num primeiro momento, o *corpus* foi dividido em dois subgrupos, agregando, de cada lado, um conjunto de diferentes

classes; o grupo do lado esquerdo, nomeado de Visão Societal do Linchamento, agregou as classes 1 e 2; no subgrupo do lado direito, denominado Julgamento do Ato de Linchar, surgiu a classe 5, que numa primeira partição resultou no surgimento da classe 3 e, esta por sua vez, partiu-se, resultando na emergência da classe 4. Assim, a CHD parou nesta última partição, evidenciando estabilidade nas 5 classes, construídas a partir de segmentos de textos com valor semântico semelhante.

Com base nesse processamento, pode-se dizer que as referidas classes possuem significativa proximidade semântica no interior de cada subgrupo, onde estão reunidas e, maior disparidade, quando comparado um subgrupo com outro. Em linhas gerais, refere-se a diversidade do conteúdo do campo representacional dos participantes sobre o linchamento. Além disso, a CHD desse *corpus* indicou também que as representações sociais do linchamento, ancoraram-se no curso e período dos participantes, bem como na religião destes.



Legenda. NS: não significativo.

Figura 1. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do corpus 1, Representações Sociais do Linchamento.

As classes obtidas, considerando os exemplos associados a cada uma delas, foram interpretadas e nomeadas como se segue.

Subgrupo 1- Visão Societal do Linchamento

Esse subgrupo é composto pelas classes 2 e 1, que juntas definem, caracterizam e apontam os determinantes do linchamento, destacando-o como uma ação violenta, motivada, sobretudo, por determinantes sociais, como a avaliação negativa do alcance da justiça oficial.

- **Definição e Características do Linchamento** (classe 2) - nesta classe, o linchamento é compreendido como um ato coletivo de violência, manifestado através de um ato de agressão contra alguém que não se comportou de acordo com alguma norma social, como forma de evidenciar as consequências negativas para quem rompe ou tem intenção de romper o contrato social. Nota-se que, dentre as variáveis de ancoragem, as que mais contribuíram para a construção dessa classe foi o 4º período do curso e a religião evangélica. São **exemplos** dessa classe: “1- é quando um grupo de pessoas se reúne para agredir física ou verbalmente outra por acharem que esta cometeu um delito; 2- é uma ação coletiva onde por algum motivo que comova todo um grupo de pessoas as leve a perpetuar atos violentos contra outrem”.

- **Determinantes Sociais do Linchamento** (classe 1) - para as respostas que se agruparam nessa classe, o linchamento é determinado por questões de ordem social, como a descrença na justiça oficial e revolta contra sua inoperância, bem como uma avaliação mais geral que coloca o Estado como incompetente para prover a segurança pública. Assim, tais determinantes desencadeiam o desejo da população de fazer justiça com as próprias mãos, prescindindo de um julgamento formal, em que turba linchadora requer pra si tal direito. Em relação as variáveis de ancoragem, a única significativa para esta classe foi a religião, especificamente o grupo de agnósticos. Destacam-se **como exemplos**: “1- um grupo de pessoas na busca de fazer justiça com as próprias mãos, ignorando a etapa judicial; 2- ocorre porque a sociedade não acredita no poder que a justiça penal pode ter para solucionar casos assim”.

Subgrupo 2 - Julgamento do Ato de Linchar

Neste subgrupo, estão reunidas as classes 5, 3 e 4, que abrangem o julgamento do que vem a ser o ato de linchar, destacando-o como uma ação coletiva de se fazer justiça, de caráter discriminatório, agressivo, injusto e primitivo.

- **Ato Agressivo e Injusto** (classe 5) - o linchamento é pensado de forma crítica, como uma ação discriminatória contra a alteridade, daqueles que pensam e agem diferente; trata-se de

uma ação intolerante e desrespeitosa, que agride a integridade do outro. Para esta classe, os participantes vinculados a área de exatas ofereceram contribuição significativa. **São exemplos** dessa classe: “1- discriminação através da violência daqueles que são pensados como minoria, que estão à margem da sociedade, que possuem pensamento e são diferentes; 2- uma forma arcaica de punição baseada em agressões físicas com ou sem objetos, utilizado em casos de má conduta moral”.

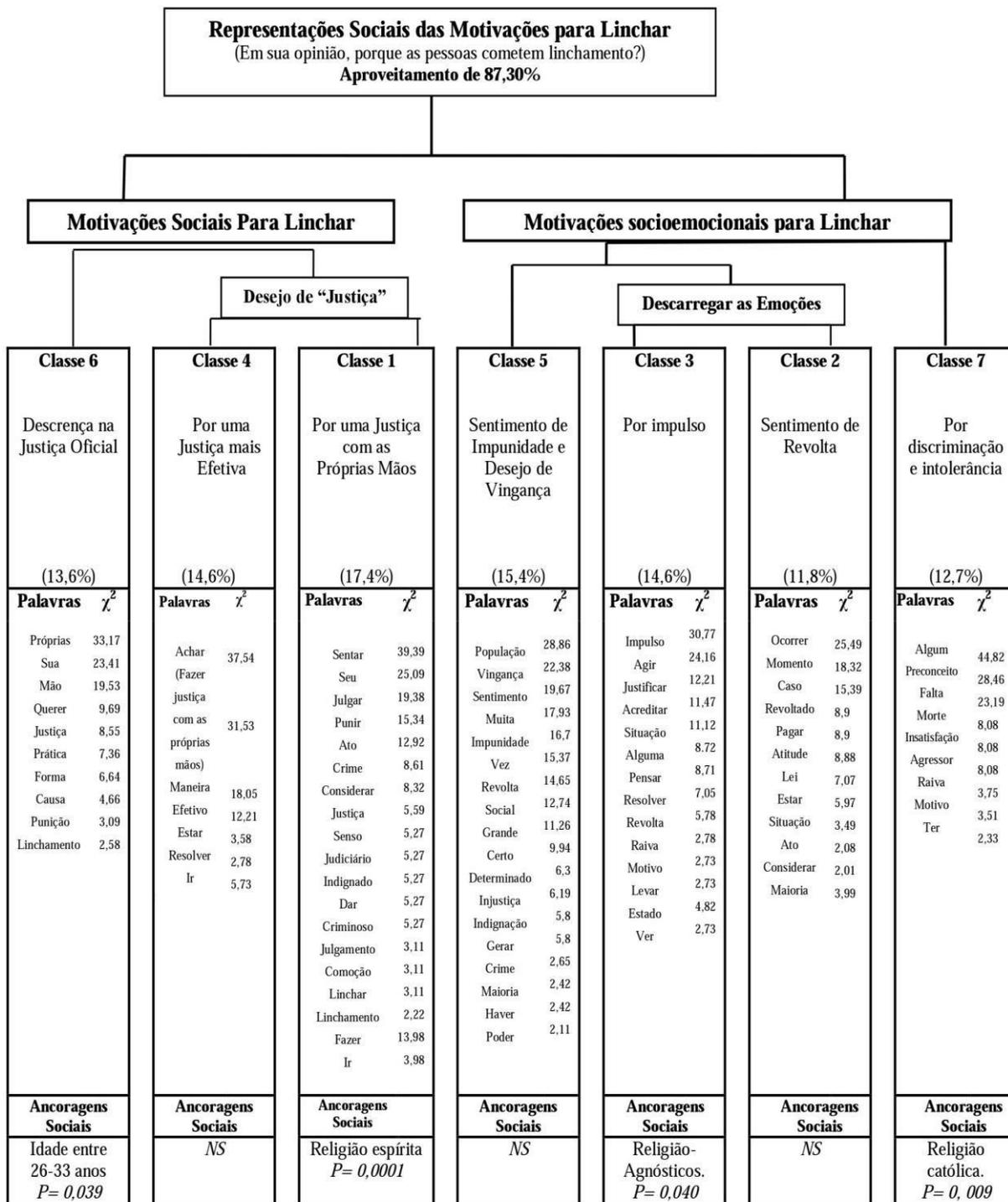
- **Ato Coletivo de Agressão** (classe 3) - o linchamento consiste em atos agressivos, sobretudo físicos, mas podendo ser também de ordem psicológica e verbal, praticados de forma coletiva contra aqueles acusados de terem cometido algum crime. Sublinha-se que nenhuma das variáveis de ancoragem foi significativa para esta classe. Destacam-se **como exemplos**: “1- linchamento é um ato de agressão em que várias pessoas se voltam contra uma só exercendo violência física e psicológica contra a mesma; 2- é um ato onde um grupo de pessoas bate em um grupo menor ou até mesmo uma só vítima”.

- **Forma Primitiva de Punição** (classe 4) - nesta classe, também registra-se um componente crítico, que circunscreve o linchamento como uma forma de punição primitiva, praticada contra um indivíduo acusado/culpado de algum crime. No que tange as variáveis de ancoragem, o 1º período do curso mostrou-se significativo para elaboração dessa classe. Salienta-se **como exemplos**: “1- é uma tentativa irracional de punição por atos criminosos; 2- um ato violento que pessoas praticam sem ao menos saber se as vítimas são realmente culpadas”.

2) Análise do *corpus* 2 – Representações Sociais das Motivações para Linchar

Através do método da CHD, o IRAMUTEQ reconheceu a separação do *corpus* 2, Representações Sociais das Motivações para Linchar, em 122 Unidades de Contextos Iniciais, com um total de 2729 palavras, sendo 814 distintas. Além disso, o software repartiu o *corpus* em 126 segmentos de textos, com aproveitamento satisfatório de 87,30% deste, fazendo emergir 7 classes. Conforme observa-se na figura 2, referente a CHD, que ilustra as relações interclasses (a leitura deve ser feita da esquerda para a direita), num primeiro momento, o *corpus* foi dividido em dois subgrupos, separando em extremos as classes 6 e 7; num segundo momento, houve uma partição da classe 6, originando as classes 4 e 1; já num terceiro momento, a classe 7 foi dividida, fazendo emergir a classe 5 que, por sua vez, foi repartida e resultou nas classes 3 e 2. Destarte, a CHD parou nesta última partição, evidenciando estabilidade nas 7 classes, constituídas por unidades de segmentos de textos com vocabulário semelhante.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o conjunto de classes do primeiro subgrupo (6, 4 e 1), denominado de Motivações Sociais para Linchar, possui menor proximidade semântica em relação ao segundo subgrupo (7, 5, 3 e 2), referente as Motivações Socioemocionais para Linchar, ao passo que destaca-se maior interação entre aquelas que compõem um mesmo subgrupo. A CHD revelou também que as RS das motivações para linchar, ancoraram-se na idade e religião do participante.



Legenda. NS = não significativo.

Figura 2. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do *corpus* 2, Representações Sociais das Motivações para Linchar.

Subgrupo I: Motivações Sociais para Linchar

O subgrupo denominado motivações sociais para linchar agrega um conjunto de classes (1, 4 e 6) que apresentam conteúdos semelhantes, enfatizando como motivadores do linchamento o

desejo de justiça com as próprias mãos, por ser esta supostamente mais efetiva, tendo em vista a descrença na justiça oficial.

- **Descrença na Justiça Oficial** (classe 6) - trata-se de uma classe que remete para a ideia de que há uma insatisfação com o judiciário, a aplicação das leis e a capacidade do Estado para prover a justiça, fazendo emergir um senso imediato de justiça, o popular fazer justiça com as próprias mãos. Em relação as variáveis de ancoragem, as idades 26-33 anos mostrou-se significativa na construção dessa classe. **Alguns exemplos** dessa classe são: “1- por não acreditarem na capacidade de punição da justiça; 2- as pessoas cometem linchamentos sustentadas no discurso de que o estado é incapaz de cumprir sua função corretiva”.

- **Por uma Justiça mais Efetiva** (classe 4) - nessa classe, observaram-se conteúdos com ênfase para a noção de que a prática da justiça com as próprias mãos é a maneira mais adequada de fazer o infrator pagar pelo crime cometido. Destaca-se, que não houve contribuição significativa de nenhuma das variáveis de ancoragem na elaboração dessa classe. **Como exemplos** sublinha-se: “1- como uma maneira de exercitar uma justiça mais efetiva; 2- por não ver na justiça legal constituição enfim uma forma efetiva”.

- **Por uma Justiça com as Próprias Mãos** (Classe 1) - essa classe destaca-se por conteúdos que remetem a noção de que as pessoas cometem linchamento por julgarem que o judiciário e as demais instituições de justiça oficial são incapazes de prover um julgamento e castigo equivalente ao merecimento do infrator, sendo a justiça com as próprias mãos a mais adequada. Na elaboração dessa classe registrou-se contribuição significativa da variável de ancoragem concernente a religião espírita. **São exemplos** dessa classe: “1- as pessoas cometem linchamentos como forma de manifestar o sentimento diante de algum ato que considerem injusto por assim dizer, achando que tal ato merece castigo maior; 2- por que eles se sentem no direito de reprimir o infrator, se julgam com a capacidade e o poder de fazer justiça”.

Subgrupo II: Motivações Socioemocionais para Linchar

Este subgrupo condensa um conjunto de classes (5, 3, 2 e 7), que em seus conteúdos referem-se a motivadores de cunho socioemocionais, que supostamente explicariam a adesão das pessoas à prática do linchamento, como os sentimentos de impunidade e revolta, o desejo de vingança, a discriminação e a intolerância.

- **Sentimento de Impunidade e Desejo de Vingança** (classe 5) – esta classe salienta como motivação para linchar o sentimento de impunidade diante de algum crime, bem como o

desejo de vingança. Sublinha-se que não houve contribuição significativa de nenhuma das variáveis de ancoragem. Tem-se como **exemplos** dessa classe: “1- por causa do grande sentimento de impunidade; 2- muitas vezes movidos pelo sentimento de vingança”.

- **Por Impulso** (classe 3) – nessa classe a motivação para linchar é compreendida como uma ação de ordem impulsiva. O grupo de agnósticos representou uma variável de ancoragem significativa na elaboração dessa classe. Salienta-se como **exemplos**: “1- forma de punir agindo muitas vezes por impulso; 2- porque a ideia parece razoável no calor do momento”.

- **Sentimento de Revolta** (classe 2) – esta classe destaca como motivação para linchar o sentimento de revolta com o crime cometido. Ressalta-se que não se registrou participação significativa de nenhuma das variáveis de ancoragem na construção dessa classe. **Exemplos**: “1- linchamentos são motivados pela revolta de seus agentes; 2- pode ser justificado de acordo com o ato que aquela pessoa cometeu e que gerou revolta na sociedade”.

- **Por discriminação e Intolerância** (classe 7) – nessa classe as motivações para linchar são referidas como uma atitude de discriminação e intolerância para com o indivíduo acusado de romper alguma norma social. Em relação as variáveis de ancoragem dessa classe, a religião católica mostrou-se significativa para sua elaboração. Apresentam-se como **Exemplos**: “1- seja por divergir em ideias, por estarem em uma briga ou por esta pessoa ter cometido algum ato que foi de encontro as leis ou a moral dos agressores; 2- falta de conhecimento sobre ética e moralidade preconceito para com o agredido”.

Discussão

Este estudo teve por objetivo identificar as representações sociais de estudantes universitários sobre a prática do linchamento e das motivações para linchar. As análises dos dados revelaram conteúdos que compõem o campo representacional e as variáveis que ancoram o pensamento social acerca dessa temática. O conjunto de análises realizadas permitiu identificar que o linchamento e as motivações para linchar são representados pelos sujeitos pesquisados a partir de noções de cunho societal e socioemocionais, indicando assim um esforço destes para significar essa emergente prática social.

Destarte, no que tange a organização do campo representacional dos participantes em relação ao que vem a ser o linchamento, indicado nesse estudo através do dendrograma da figura 1, observou-se, por um lado, uma forma de representar o linchamento com base em uma compreensão de cunho mais societal. Nesse sentido, salienta-se que os respondentes demonstraram compreender

o linchamento como uma forma de violência, atravessada, sobretudo, pela descrença nas instituições oficiais de prover justiça. Ressalta-se, que a descrença na justiça oficial já vem sendo amplamente relatada na literatura como a base inspiradora da recorrência de linchamentos (Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Sinhoretto, 2002).

Por outro lado, notou-se como constituinte do campo representacional dos grupos pesquisados, um esforço de classificar o ato do linchamento, todavia extrapolando a consensual representação de que consiste em um tipo de agressão coletiva cometida contra alguém que rompeu alguma norma social. Mais que isso, foi evidenciado uma dimensão de cunho mais valorativo, que enfatizou uma representação social negativa, injusta e primitiva do linchamento como uma possível medida de punição e justiça.

Tendo em vista o caráter orientador de condutas das representações sociais frente a um dado objeto social (Moscovici, 2012), essa representação do linchamento como algo negativo, certamente, contribuirá na dinâmica social para os comportamentos anti-linchamento. Vale destacar que as condutas anti-linchamento são mais desejáveis, pois contribuem melhor para o aperfeiçoamento da cidadania e respeito aos Direitos Humanos, como o caráter inviolável da vida humana, princípio desrespeitado pelo linchamento.

Além dos conteúdos do campo representacional do que é o linchamento, registrou-se também que as variáveis religião, período e curso do participante atuaram como ancoragens para elaboração do conhecimento sobre o linchamento. Assim, os estudantes do 4º período, os evangélicos e agnósticos contribuíram mais significativamente com a representação societal do linchamento; já os estudantes dos cursos de exatas e aqueles que cursavam o 1º período, evidenciaram conhecimento dos aspectos negativos que envolvem a prática do linchamento.

Esses dados revelam a necessidade de estudos que busquem investigar melhor o que, na dinâmica social desses grupos, justifica essas formas de representar o linchamento. Julga-se que, a ausência dessa justificativa consiste em uma limitação da presente pesquisa, que se preocupou mais em identificar as variáveis de ancoragem, do que reunir informações que as justifiquem. Todavia, como alerta Doise (2002), sabe-se que estas ancoragens não ocorrem aleatoriamente, em um vazio social, ao contrário, estão assentadas, por exemplo, em determinados sistemas ideológicos, de crenças e valores, que promovem funcionamentos psicossociológicos específicos.

Tomando por base os resultados da análise do *corpus 2*, alusivo as representações sociais das motivações para linchar, foi possível observar duas formas de representar tais motivações. De um lado, tem-se uma representação social marcada por um conhecimento das motivações sociais para linchar, que envolve a descrença na justiça oficial, bem como um saliente desejo de promover uma justiça supostamente mais efetiva, isto é, aquela realizada com as próprias mãos. Sublinha-se

que, as variáveis de ancoragem mais significativas nessa elaboração foram a idade 26-33 anos e a religião espírita. Consoante, esses tipos de motivações também são relatados na literatura (Martins, 2015; Ritchey & Ruback, 2017; Serra, 2008; Sinhoretto, 2002; Vutane, 2013), o que indica que essa forma de representar as motivações para linchar dos participantes desse estudo, provavelmente é compartilhada por outros grupos sociais.

Ainda em relação as representações sociais das motivações para linchar, observou-se a reunião de um conjunto de classes, que compartilharam conteúdos referentes a motivações de ordem socioemocionais. As variáveis de ancoragem significativas na construção desse pensamento social foram àquelas alusivas a religião, com destaque para os grupos católico e agnóstico. Motivações de cunho emocional, como o impulso do momento, o sentimento de impunidade e revolta, bem como o desejo de vingança já são registradas na literatura, especialmente no que tange aos crimes tidos como hediondos, marcados por maior comoção social (Krupa, 2009; Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Serra, 2008; Sinhoretto, 2009; Vutane, 2013). Consistem, possivelmente, em representações que já circulam na dinâmica social, modulando comportamentos em relação à prática do linchamento.

A grande novidade aqui consistiu no reconhecimento de uma motivação para linchar baseada na discriminação e intolerância. Essa forma de representar as motivações para linchar alerta para uma grande problemática social, relativa as vítimas preferenciais do linchamento, que são geralmente pessoas em condições de vulnerabilidades sociais e econômicas (Martins, 2015; Ritchey & Ruback, 2017; Sinhoretto, 2002; Souza & Menandro, 2002; Ruotti et al., 2009). Então, mais que uma forma violenta de resolver litígios, a prática do linchamento parece endossar também a disseminação e legitimação da discriminação social.

Diante desse panorama, questiona-se: que fatores têm contribuído para a crescente aprovação e prática do linchamento? Será que tal adesão tem influência da simpatia por algumas ideologias, como aquelas mais conservadoras? Pode-se dizer que a atitude institucional, como a crença ou descrença nas instituições de controle, contribuem para essa legitimação? Que outras variáveis de ancoragem, além das observadas no presente estudo, ajudam compreender as representações sociais do linchamento e das motivações para linchar?

Nesse sentido, salienta-se a importância de novas pesquisas que busquem identificar os fatores preditivos da favorabilidade ao linchamento, permitindo com isso, a construção de modelos explicativos que venham a subsidiar possíveis intervenções na dinâmica social em relação a essa problemática social.

Considerações Finais

O objetivo do presente estudo foi alcançado, de modo que foi possível identificar os conteúdos que compõem o campo representacional dos grupos pesquisados em relação a compreensão do fenômeno do linchamento e das motivações para linchar. Além disso, identificaram-se as variáveis de ancoragens que contribuíram significativamente para elaboração da representação social contida em cada uma das classes.

Em linhas gerais, tanto para o corpus referente as representações do linchamento, quanto para aquele alusivo as representações das motivações para linchar, denotou-se um amplo campo representacional, que congrega formas mais e menos consensuais de representar esses objetos. Conforme observaram-se nas análises, o linchamento foi representado como uma medida de punir os acusados de romperem alguma norma social, especialmente quando as instituições oficiais de justiça foram percebidas como inoperantes. Ademais, além de motivações sociais para linchar, baseadas na avaliação do sistema oficial de justiça, os grupos pesquisados compartilharam também representações sociais que compreenderam motivações de cunho socioemocional.

Diante dos resultados desse estudo e de tantos outros aqui relatados, que também permitiram ampliar a compreensão sobre o linchamento e suas motivações, convém destacar a inadequação de expedientes extraoficiais de justiça, como o linchamento, para resolução de litígios. Isso porque, não há como aventar sentido para uma prática de revolta contra a violência, que também se baseia em rituais violentos, como tem se revelado a justiça com as próprias mãos.

Portanto, o linchamento emerge como uma resposta ao problema da violência, mas acaba por intensificar seu ciclo, promovendo graves violações dos Direitos Humanos. Certamente, apesar das falhas existentes, o modelo democrático, que garante, a todos os indivíduos acusados de algum crime, o direito a um julgamento formal, ainda é o que melhor conflui para o restabelecimento de uma convivência social possível, diferente do que se propõe o estado de barbárie dos atos de linchamento.

Referências

- Brasil (2012). Resolução 466/2012. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. doi: 10.9788/TP2013.2-16

- Cerqueira, R. T., & Noronha, C. V. (2004). Cenas de linchamento: reconstruções dramáticas da violência coletiva. *Revista Psicologia em Estudo*, 9(2), 163-172. Doi <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722004000200003>.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Editora Artmed.
- Doise, W. (2002). *Direitos do Homem e força das ideias*. Lisboa: Livros Horizontes.
- Goldstein, D. M. (2003). In our own hands: lynching, justice, and the law in Bolivia. *American Ethnologist*, 30(1), 22-43. Recuperado de http://www.jstor.org/stable/3805207?seq=1#page_scan_tab_contents.
- Krupa, Christopher. (2009). Histories in red: Ways of seeing lynching in Ecuador. *American Ethnologist*, 36(1), p. 20-39. Recuperados de https://www.academia.edu/11443095/Histories_in_Red_Ways_of_Seeing_Lynching_in_Ecuador_American_Ethnologist
- Lobo, Rafael de Almeida Ávila., & Filho, Max Suel Dummer Coutinho. (2017). Linchamentos em rede: justiça e violência-resposta na internet. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, 7(5), 191-216. Recuperados de <file:///C:/Users/xx/Downloads/11157-42516-2-PB.pdf>
- Martins, José de Souza. (2015). *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. Editora Contexto.
- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. (1978). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Ritchey, A.J., & Ruback, R.B. (2017). Predicting Lynching Atrocity: The Situational Norms of Lynchings in Georgia Andrew. *Personality and Social Psychology Bulletin* 19(1), p. 1-19. DOI:10.1177/0146167217733075
- Rodrigues, D. (2013). Círculo da punição: o linchamento como cena de acusação e denúncia criminal. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(4), 625-643. Recuperado de <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-6-4-Art4.pdf>
- Ruotti, C., Freitas, T. V., Almeida, J. F., & Peres, M. F. T. (2009). Graves violações de direitos humanos e desigualdade no município de São Paulo. *Revista Saúde Pública*, 43(3), 533-540. Recuperado de http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/9417/art_RUOTTI_Graves_violacoes_de_direitos_humanos_e_desigualdade_2009.pdf?sequence=1.

- Serra, C. (2008). *Linchamentos em Moçambique: Uma desordem que apela à ordem*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Sinhoretto, Jacqueline. (2002). *Os justiçadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito*. São Paulo: IBCCRIM.
- _____ (2009). Linchamentos: insegurança e revolta popular. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 4(3), 72-92. Recuperado de <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/artigo%20jaqueline.pdf>.
- Souza, L., & Menandro, P. R. M. (2002). Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000). *Revista Psicologia Política*, 4(2), 249-266. Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv2n4/Capitulo%204.pdf>.
- Spini, D., & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.
- Vutane, J. B. (2013). *A problemática de linchamentos públicos em Moçambique – caso específico dos bairros da cidade de Chimoio* (Dissertação, Mestrado em Criminologia). Faculdade de Direito, Universidade do Porto, Porto. Recuperado de https://sigarra.up.pt/fdup/pt/teses.tese?P_ALUNO_ID=97617&p_processo=16766.

ESTUDO 2

Simpatia Ideológica, Atitude Institucional e Favorabilidade ao Linchamento

Resumo

Objetivou-se verificar o poder preditivo da simpatia ideológica e da atitude institucional em relação à favorabilidade ao linchamento. Trata-se de um estudo quantitativo, de natureza descritiva, exploratória e correlacional, realizado com 850 brasileiros, que responderam a um questionário sociodemográfico, duas Escalas de Atitudes frente ao Linchamento – uma com dilema moral e outra sem dilema, a Escala de Simpatia Ideológica e a Escala de Atitude Institucional. Realizaram-se análises descritivas, de comparação de médias, variâncias e regressão linear múltipla. Os resultados indicaram diferenças em função das variáveis sociodemográficas em relação à favorabilidade ao linchamento. Em linhas gerais, a simpatia ideológica contribuiu mais que a atitude institucional para predizer a variável dependente, resultando em um modelo que prediz uma parcela significativa do fenômeno.

Palavras-chave: linchamento, simpatia ideológica, atitude institucional, favorabilidade ao linchamento.

Ideological Sympathy, Institutional Attitude and Favorability to Lynch

Abstract

This study aims to verify the predictive power of ideological sympathy and institutional attitude regarding favorability to lynch. It is a descriptive, exploratory and correlational quantitative study, carried out with 850 Brazilians, who answered a sociodemographic questionnaire, two Scales of Attitudes toward Lynching - one with a moral dilemma and another without it, the Ideological Sympathy Scale and the Institutional Attitude Scale. Descriptive analyzes were performed, comparing means, variances and multiple linear regression. The results indicated differences as a function of sociodemographic variables in relation to the lynching favorability. Broadly, ideological sympathy contributed more than the institutional attitude to predict the dependent variable, resulting in a model that predicts a significant portion of the phenomenon.

Keywords: lynching, ideological sympathy, institutional attitude, lynching favorability.

O Brasil tem sido palco de diversas manifestações de violência, especialmente nos grandes centros urbanos, situações que desafiam o convívio e a paz social. Dentre as múltiplas formas de expressão da violência que tem sido recorrente neste cenário, destaca-se a prática do linchamento, com a ocorrência de pelo menos um caso por dia nos últimos anos (Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015). Assim, o linchamento é um fenômeno social intimamente conhecido pelos brasileiros, sejam

na condição de vítimas, praticantes, espectadores, defensores, ou de quem é desfavorável a sua prática.

O linchamento é referido na literatura pertinente como um conjunto de atos violentos praticados contra alguém acusado de violar alguma norma social, podendo culminar na morte deste ou não. Consiste em um tipo de violência cometida por pessoas em estado de multidão, geralmente próximas socialmente e espacialmente, que compartilham sentimentos de pertença e convivência. Partilham também, determinadas crenças relativas ao sentido da justiça, que lhes mobilizam, inclusive, a fazê-la com as próprias mãos (Krupa, 2009; Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Ritchey & Ruback, 2017; Rodrigues, 2013; Sinhoretto, 2002; Vutane, 2013). Nota-se, que há associado ao linchamento ideias imbricadas do que vem a ser a justiça, a atribuição de penalidades e, claro, um posicionamento concernente à vida humana.

Consoante, para responder a comum pergunta, “o que fazer com a violência que nos cerca”?, os cidadãos “ditos de bem” têm aderido cada vez mais ao fazer justiça com as próprias mãos. Tal prática implica em um novo tipo de sociabilidade, onde a população requer para si o direito de punir, fazendo prescindir o processo de averiguação da iniquidade social cometida e, o posterior, julgamento (Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Ritchey & Ruback, 2017; Sinhoretto, 2002).

Além de prescindir do julgamento, observa-se, ainda, nos casos de linchamento, como chama atenção Lobo e Filho (2017) e Martins (2015), que os praticantes não se contentam com a execução brutal do acusado e proclamam rituais adicionais de violência. Estes dizem respeito à queima do corpo vivo ou morto, a castração ainda em vida, ao fuzilamento e esquartejamento do corpo, jogar no lixo, entre outras práticas. Em linhas gerais, trata-se de um intento de destituir o caráter humano do acusado, descaracterizando-o, paulatinamente, desta condição com as referidas atrocidades.

Tendo em vista a compreensão das motivações para linchar, Lobo e Filho (2017) e Martins (2015) corroboram da ideia de que o linchamento emerge no tecido social como uma espécie de violência-resposta a constante violência urbana vivenciada cotidianamente; advertem também, que esse tipo de justiça aventa o descontentamento com as instituições oficiais de justiça e com a lei, que supostamente não estaria cumprindo de forma suficiente seu papel; de modo particular, Martins (2015) endossa ainda, baseado num sistemático estudo de caso dos motivos associados a uma gama de linchamentos ocorridos no Brasil, o lado conservador dos praticantes desses atos, que evidenciam tolerância limitada a qualquer tipo de violação das regras de convivência social.

Com o intuito de compreender a adesão à prática do linchamento como um recurso de justiça, Sinhoretto (2002) e Vutane (2013) realizaram pesquisas com moradores de comunidades marcadas por esse fenômeno. Os dados revelaram que para os entrevistados o linchamento

representa um arranjo possível para reestruturar e restabelecer a coesão das relações sociais, bem como servir de continente a indignação sentida com o crime. Outro aspecto identificado nesses estudos reside na reivindicação da população em participar ativamente na distribuição de penalidades, por não verem sentido nas práticas herméticas, rigidamente codificadas e até atenuantes dos provedores oficiais de justiça. Assim, nenhuma punição/penalidade/castigo seria “suficiente”, além da execução sumária do infrator e dos rituais adicionais de violência.

De um modo geral, é questionável a legitimidade social da prática do linchamento como um tipo de resposta para o problema da violência, uma vez que não contribui para um projeto societário voltado para o aperfeiçoamento da integração e da paz social, mas para a intensificação de ciclos de violência. Como bem afirmam Lobo e Filho (2017), essa violência como resposta também alimenta o medo e este, por seu turno, contribui para a desagregação social, na medida em que fragiliza os laços comunitários e coletivos. Nas palavras desses autores: “o outro é uma ameaça constante e em potencial! Do ambiente desagregado brotam mais linchamentos. Eis a dinâmica social perversa” (p.215).

A partir destas elucubrações, é notável que os gatilhos que disparam a favorabilidade ao linchamento, assim como a adesão direta a atos dessa natureza, são multifacetados. Todavia, hipotetiza-se, no presente estudo, que em alguma medida a simpatia ideológica e atitude institucional tenha uma parcela de contribuição para predizer/explicar a favorabilidade ao linchamento.

Para melhor operacionalização conceitual, cabe restringir aqui o escopo do que se entende por simpatia ideológica e por atitude institucional. Ambas, consistem em variáveis psicossociológicas que, conforme literatura pertinente (Doise, 2002; Cárdenas, Páez, & Rimé, 2013; Camino, Galvão, Quirino, Roazzi, & Martin, 2007), são também preditoras de comportamento.

Em relação à simpatia ideológica, consiste em atitude relativa aos partidos de esquerda e de direita, avaliadas por Doise (2002) a partir das ideias de força – princípios normativos que guiam os comportamentos sociais. Como exemplo dessas ideias de forças, constituintes de ideologias partidárias, enfatiza-se a liberdade, solidariedade, igualdade, democracia, poder, dinheiro e tradições. Já a atitude institucional, é alusiva ao posicionamento dos indivíduos em relação a diferentes instituições como escolas, hospitais, família, tribunais, Organização das Nações Unidas, bancos, jornais, mídia, religião, partidos políticos, movimentos sociais, entre outras (Cárdenas et al., 2013; Camino et al., 2007).

Cabe ressaltar que, as pesquisas sobre o linchamento ainda são raras no campo da psicologia, especialmente aquelas que busquem ouvir os sujeitos sociais, sendo mais difundidos estudos documentais no âmbito da sociologia, pautados, essencialmente, na notificação e tipificação

da prática. Em razão desse cenário e o caráter inédito de investigar a influência de variáveis psicossociológicas em relação ao endossamento da prática do linchamento, julgou-se relevante teoricamente e socialmente realizar a presente pesquisa. Assim, de modo mais específico, tem-se como objetivo desse estudo verificar o poder preditivo da simpatia ideológica e da atitude institucional em relação à favorabilidade ao linchamento.

Método

Tipo de Estudo

Estudo quantitativo, de natureza descritiva e exploratória e correlacional (Creswell, 2007).

Participantes

Participaram do estudo 850 brasileiros, com idades entre 18 e 77 anos ($M= 30,80$; $DP= 10,13$), maioria do sexo feminino (71,9%), autodeclarada branca (44%), seguida de pardos (37,9%). A maior parte dos sujeitos disse ter ensino superior completo (60,1%) e ensino superior incompleto (28,8%). Quanto a religião, 63,4% declararam-se cristãos, 2,2% de religiões de matriz africana, 6,5 agnósticos e 27,9% ateus ou sem nenhuma religião; residentes nas diversas regiões brasileiras (Nordeste - 66,9%, Sudeste – 21,9%, Centro-Oeste – 2,5%, Sul – 7,8% e Norte -0,9%); no tocante a renda mensal familiar, destacou-se em maior número (23,6%) R\$2000,00 (dois mil reais).

Como critérios de inclusão na presente amostra adotou-se, ser brasileiro, ter 18 anos ou mais, apresentar disponibilidade para participar da pesquisa de forma voluntária e, após ler o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, indicar concordância em participar da pesquisa.

Instrumentos

Foram utilizados como instrumentos uma lista para identificação dos dados sociodemográficos; duas Escalas de Atitudes frente ao Linchamento – uma com dilema moral e outra sem dilema; Escala de Simpatia Ideológica (ESI), validada por Camino et al. (2007) e a Escala de Atitude Institucional (EAI), construída por Cárdenas et al. (2013).

Procedimento

Coleta de Dados

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, do Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Universidade Federal de Campina Grande (CAAE 42666915.7.0000.5182) e respeita os princípios éticos que envolvem as pesquisas com seres humanos, conforme preza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). Para coleta dos dados, inicialmente, com o apoio da ferramenta *Google Docs*, criou-se um formulário *online* onde foram inseridos os instrumentos. Posteriormente, o link foi divulgado por meio de redes sociais como *e-mail*, *Facebook* e *Whats App* e permaneceu aberto para respostas por um período de 30 dias.

Análise de Dados

Para análise de dados, utilizou-se o programa *Statistical Package for Social Science for Windows* – SPSS, versão 22, que permitiu realizar análises descritivas, análises de comparação de médias e variâncias (teste t e ANOVA) e análises de regressão linear múltipla para estimar o poder preditivo das variáveis atitude institucional e simpatia ideológica em relação à favorabilidade ao linchamento. Par tanto, foi considerada como variável dependente a favorabilidade ao linchamento (Escala de Atitudes frente ao Linchamento – com e sem dilema) e como variáveis independentes (preditoras) a atitude institucional e a simpatia ideológica (Escala de Atitude Institucional e a Escala de Simpatia Ideológica).

Resultados

O *Test t* de Student para amostras independentes evidenciou que, em média, os participantes do sexo masculino (M=1,61, DP= 1,08) apresentaram maiores pontuações, estatisticamente significativas [$t(359,05) = 2,78$; $p = 0,006$], em relação a favorabilidade ao linchamento para a condição sem dilema do que o público feminino (M=1,39, DP=0,85). Já em relação à favorabilidade ao linchamento na condição com dilema não houve diferenças de médias estatisticamente significativas [$t(381,29) = 1,16$; $p = 0,24$] entre os participantes do sexo masculino (M= 2,17, DP=1,48) e feminino (M= 2,04, DP= 1,26). Estes dados podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1.

Teste de Comparação de Médias entre os sexos masculino e feminino em relação a favorabilidade ao linchamento sem e com dilema.

	Sexo	Média	Desvio Padrão	t	Sig
Favorabilidade ao	Masculino	1,61	1,08	2,78	0,006
Linchamento – sem dilema	Feminino	1,39	0,85		
Favorabilidade ao	Masculino	2,17	1,48	1,16	0,24
Linchamento – com dilema	Feminino	2,04	1,26		

Nota. Fonte: SPSS versão 22.

Além do teste *t*, realizaram-se também análises de variâncias (ANOVA) com as variáveis sociodemográficas idade, escolaridade, renda, religião e região brasileira para as duas condições da variável dependente (favorabilidade ao linchamento sem dilema e com dilema), todavia só foram encontradas diferenças significativas ($p < 0,05$) em relação à escolaridade, em ambos os casos, e apenas na condição com dilema em função da renda.

Como pode ser visto na Tabela 2, os sujeitos que possuem ensino médio completo apresentaram maiores médias em ambas às condições, ao passo que aqueles com superior completo destacaram-se com menores médias nos dois casos.

Tabela 2.

Dados descritivos dos grupos amostrais em relação a escolaridade para as condições favorabilidade ao linchamento sem e com dilema, respectivamente.

Escolaridade do participante	Condição	N	MÉDIA	DP	IC 95% LI	IC 95% LS	Mín.	Máx
Ensino fundamental incompleto	SD	4	1,0	0,0	1,0	1,0	1	1
	CD		2,0	2,0	-1,18	5,18	1	5
Ensino fundamental completo	SD	7	1,0	0,0	1,0	1,0	1	1
	CD		1,0	0,0	1,0	1,0	1	1
Ensino médio incompleto	SD	14	1,57	0,93	1,03	2,11	1	3
	CD		2,57	1,39	1,76	3,38	1	5
Ensino médio completo	SD	74	1,74	1,06	1,50	1,99	1	5
	CD		2,70	1,35	2,39	3,02	1	5
Ensino superior incompleto	SD	745	1,53	0,99	1,41	1,66	1	5
	CD		2,24	1,4	2,06	2,41	1	5
Ensino superior completo	SD	511	1,38	0,87	1,30	1,45	1	5
	CD		1,90	1,24	1,79	2,01	1	5
Total		850	1,45	0,93	1,39	1,52	1	5
			2,08	1,32	1,99	2,17	1	5

Nota. SD: Sem Dilema; CD: Com Dilema; DP: Desvio Padrão; IC 95%: Intervalo de Confiança de 95% para média; LI: Limite Inferior; LS: Limite Superior; Mín.: Mínimo; Máx.: Máximo. Fonte: SPSS versão 22.

Tomando por base a escolaridade, o teste estatístico ANOVA unifatorial foi considerado significativo tanto na condição sem dilema [$F(5, 844) = 2,81$; $p < 0,05$], quanto com dilema [$F(5, 844) = 6, 663$; $p < 0,001$]. Tais dados indicaram que a hipótese nula de igualdade entre os grupos foi

descartada, assim, prosseguiu-se a análise com o teste Post-hoc de Tukey. O referido teste

evidenciou diferenças significativas entre o grupo que possui ensino médio completo em relação aquele que conta com o ensino superior completo em ambas as condições; já na condição com dilema, observou-se também diferenças entre os que possui ensino superior incompleto com aqueles que já concluíram, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3.

Post-hoc de Tukey para comparação dos grupos amostrais em função da escolaridade para a condição Favorabilidade ao Linchamento sem e com dilema.

Condição	(I) Escolaridade do participante	(J) Escolaridade do participante	DM(I-J)	DP	P	IC 95% LI	IC 95% LS
Sem dilema	Ensino médio completo	Ensino superior completo	0,366	0,115	0,019	0,04	0,69
	Ensino médio completo	Ensino superior completo	0,803*	0,163	0,000	0,34	0,63
Com dilema	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	0,337*	0,102	0,012	0,05	0,63

Nota. DM: diferença média; DP: desvio padrão; IC 95%: intervalo de confiança 95%; LI: limite inferior; LS: limite superior. Fonte: SPSS versão 22.

* significativo ao nível $p < 0,05$.

No que tange aos dados descritivos relativos a renda, como pode ser percebido na tabela 4, observou-se maior média em função da variável dependente para o grupo de pessoas que recebem até 1000 mil reais, enquanto aquele que possui renda de até 10000 mil reais se destacou com a menor média.

Tabela 4.

Dados descritivos dos grupos amostrais em relação a renda para a condição com dilema.

Renda	N	MÉDIA	DP	IC 95% LI	IC 95% LS	Mín.	Máx
Até 1000 mil reais	117	2,31	1,355	2,06	2,56	1	5
Até 2000 mil reais	201	2,18	1,330	1,99	2,36	1	5
Até 3000 mil reais	165	2,05	1,317	1,85	2,26	1	5
Até 5000 mil reais	172	2,06	1,343	1,86	2,27	1	5
Até 10000 mil reais	122	1,77	1,238	1,55	1,99	1	5
Acima de 10000 mil reais	73	2,01	1,369	1,69	2,33	1	5
Total	850	2,08	1,329	1,99	2,17	1	5

Nota. DP: Desvio Padrão; IC 95%: Intervalo de Confiança de 95% para média; LI: Limite Inferior; LS: Limite Superior; Mín.: Mínimo; Máx.: Máximo. Fonte: SPSS versão 22.

Destaca-se que a ANOVA unifatorial em relação a renda foi considerada significativa apenas para a condição com dilema [$F(5, 844) = 2,303$; $p < 0,05$). Tendo em vista que a hipótese nula de igualdade entre os grupos não se sustenta, realizou-se o teste Post-hoc de Tukey para identificar quais grupos diferem significativamente entre si. Como pode ser visto na Tabela 5, o grupo que perfaz uma renda de até 10000 mil reais difere daquele que se enquadra em até 1000 mil reais.

Tabela 5.

Post-hoc de Tukey para comparação dos grupos amostrais em função da escolaridade para a condição favorabilidade ao linchamento com dilema.

(I) Renda do participante	(J) Renda do participante	DM(I-J)	DP	P	IC 95%	
					LI	LS
Até 10000 mil reais	Até 1000 mil reais	0,537*	0,171	0,022	-1,03	-0,05

Nota. DM: Diferença média; DP: Desvio Padrão; IC 95%: Intervalo de Confiança 95%; LI: Limite Inferior; LS: Limite Superior. Fonte: SPSS versão 22.

* significativo ao nível $p < 0,05$;

Afim de verificar a influência da simpatia ideológica e da atitude institucional sobre a favorabilidade ao linchamento realizou-se uma regressão linear múltipla. Destarte, foram testados dois modelos de regressão linear múltipla, utilizando o método *Stepwise*: no primeiro modelo a variável dependente foi a Favorabilidade ao Linchamento Sem Dilema (FLSD) e no segundo a variável dependente foi a Favorabilidade ao Linchamento Com Dilema (FLCD). Para os dois testes, as variáveis independentes foram os três fatores da Escala de Simpatia Ideológica (ESI) e da Escala de Atitude Institucional (EAI). Salienta-se que o modelo que melhor se adequou as análises foi aquele que levou em consideração todos os fatores das referidas escalas.

Tendo em vista uma melhor compreensão das variáveis independentes utilizadas nesta análise, serão apresentados na Tabela 6 as médias e os Desvios Padrões (DP) dos fatores das escalas ESI e EAI. Nota-se que as menores médias foram referentes aos fatores Ideias Conservadoras da ESI e Confiança nos Movimentos Sociais da EAI; já as maiores médias correspondem aos fatores Confiança nas Instituições de Controle/Mídia da EAI e Ideias Progressistas da ESI.

Tabela 6.

Média e Desvio Padrão das Variáveis Independentes.

Tipo de Escala	Variáveis	Média	DP	N
Escala de Simpatia Ideológica	Fator 1- Ideias Humanitárias	8,91	0,97	850
	Fator 2- Ideias Progressistas	10,14	2,00	850
	Fator 3- Ideias Conservadoras	5,90	1,34	850
Escala de Atitude Institucional	Fator 1- Confiança nas Instituições Governamentais	6,50	2,30	850
	Fator 2- Confiança nas Instituições de Controle/Mídia	11,12	3,08	850
	Fator 3- Confiança nos movimentos sociais	5,77	1,59	850

Fonte: SPSS versão 22.

Na análise de regressão, cujos resultados são apresentados na Tabela 7, observa-se que o modelo consegue explicar 15,8% (R^2) da Favorabilidade ao Linchamento sem Dilema (FLSD), sendo as Ideias Progressistas o fator que mais explica a variável dependente (VD) ($\beta = -0,317$, $p < 0,001$), embora os fatores Ideias Conservadoras ($\beta = 0,147$, $p < 0,001$) e Confiança nas Instituições de Controle ($\beta = 0,08$, $p < 0,05$) também tenham uma parcela de contribuição nesta explicação. As

demais dimensões não contribuem diretamente para a explicação da VD, contudo, sem a participação delas nas escalas o modelo não se sustenta.

Tabela 7.

Resultados da Análise de Regressão, considerando a Favorabilidade ao Linchamento Sem Dilema (FLSD).

Tipo de Escala	Variáveis Predictoras	B	sr ²	Beta	T
	Constante	2,417	0,321		7,539**
Escala de Simpatia Ideológica	Fator 1- Ideias Humanitárias	-0,009	0,034	-0,009	-0,262
	Fator 2- Ideias Progressistas	-0,147	0,018	-0,317	-7,965**
	Fator 3 – Ideias Conservadoras	0,101	0,023	0,147	4,320**
Escala de Atitude Institucional	Fator 1- Confiança nas Instituições Governamentais	-0,024	0,015	-0,06	-1,597
	Fator 2- Confiança nas Instituições de Controle/Mídia	0,025	0,011	0,083	2,198*
	Fator 3- Confiança nos Movimentos Sociais	-0,019	0,022	-0,33	-0,863
Média (FLSD) = 1,45		DP (FLSD) = 0,930			
R = 0,398**		R ² = 0,158**	R ² ajust. = 0,152**	F = 26,41**	

Nota. ** significativo ao nível $p < 0,005$; * significativo ao nível $p < 0,05$.

Já na análise de regressão que utilizou a Escala de Favorabilidade ao Linchamento com Dilema, cujos resultados são reportados na Tabela 8, observa-se que o modelo consegue explicar 17,8% (R^2), sendo as Ideias Liberalistas o fator que mais explica a VD ($\beta = -0,331$, $p < 0,001$), embora os fatores Ideias Conservadoras ($\beta = 0,103$, $p < 0,05$) e Confiança nas Instituições de Controle/Mídia ($\beta = 0,098$, $p < 0,05$) também tenham uma parcela de contribuição nesta explicação. Salienta-se, assim como na análise de regressão na condição sem dilema, que os demais fatores não contribuem diretamente para a explicação da VD, contudo, sem estes participarem das escalas o modelo não se sustenta.

Tabela 8.

Resultados da Análise de Regressão, considerando a Favorabilidade ao Linchamento com Dilema (FLCD).

Tipo de Escala	Variáveis Predictoras	B	sr ²	Beta	t
	Constante	3,929	0,453		8,679
Escala de Simpatia Ideológica	Fator 1- Ideias Humanitárias	-0,018	0,047	-0,013	-,388
	Fator 2- Ideias Progressistas	-0,220	0,026	-0,331	-8,426**
	Fator 3 – Ideias Conservadoras	0,101	0,033	0,103	3,066*
Escala de Atitude Institucional	Fator 1- Confiança nas Instituições Governamentais	-0,029	0,021	-0,051	-1,366
	Fator 2- Confiança nas Instituições de Controle/Mídia	0,042	0,016	0,098	2,621*
	Fator 3- Confiança nos Movimentos Sociais	-0,058	0,031	-0,070	-1,864
Média (FLCD) =2,08		DP (FLCD) = 1,33			
R = 0,422**		R ² = 0,178**		R ² ajust. = 0,172** F = 30,446**	

Nota. ** significativo ao nível $p < 0,005$; * significativo ao nível $p < 0,05$.

A partir das duas análises de regressão apresentadas, observa-se que o mesmo padrão de fatores explicou uma porcentagem das duas VDs, tanto a Favorabilidade ao Linchamento Sem Dilema, quanto a Favorabilidade ao Linchamento Com Dilema. No que tange ao sentido dessa explicação, observou-se que os fatores Ideias Progressistas se comportaram na direção oposta às VDs, ao passo que os fatores Ideias Conservadoras e Confiança nas Instituições de Controle/Mídia foram na mesma direção das VDs.

Discussão

Este estudo teve por objetivo verificar o poder preditivo da Simpatia Ideológica e da Atitude Institucional em relação a favorabilidade ao linchamento. Com base no conjunto de análises dos dados, foi possível identificar como as referidas variáveis psicossociológicas se comportam em relação a contribuição que oferecem para explicar a variável dependente. Observou-se também, diferenças em função das variáveis sociodemográficas em relação a favorabilidade ao linchamento. Adicionalmente, os dados revelaram questões metodológicas importantes a serem consideradas no estudo desse fenômeno, possivelmente marcado pela desejabilidade social, evidenciando a necessidade de instrumentos de coleta que acessem mais profundamente as cognições sociais e a fidedignidade dos conteúdos atitudinais.

No que tange as variáveis sociodemográficas, o sexo do participante denotou diferenças em relação a favorabilidade ao linchamento, apenas para a condição sem dilema, sendo os homens mais favoráveis. Assim, quando convocados a se posicionar em relação a aprovação do linchamento,

tendo por embasamento um dilema da vida real, homens e mulheres não se distinguiram significativamente em seus posicionamentos, tornando saliente o aumento proporcional de suas respectivas médias. Talvez, a saliência das médias dos participantes do sexo feminino, na condição com dilema, tenha sido mobilizado pelo conteúdo deste, por se tratar de um caso de estupro coletivo de duas mulheres, o que pode ter sido regulado pela empatia com as vítimas.

Essa é apenas uma das explicações possíveis, todavia constitui um aspecto a ser melhor investigado em pesquisas futuras, que busquem controlar a variável sexo e a empatia com o tipo de crime e de vítimas. Contudo, vale lembrar que já é relatado na literatura que os crimes tidos como hediondos, como é o caso do estupro, despertam mais comoção social que violações de outra natureza, como aquelas contra a propriedade (Serra, 2008; Krupa, 2009; Sinhoretto, 2009; Vutane, 2013; Martins, 2015).

Observou-se também que a escolaridade representou uma variável que diferencia os grupos em relação a favorabilidade ao linchamento, para as duas condições do instrumento, sem e com dilema, denotando que quanto maior a escolaridade, menor é a aprovação média da prática do linchamento. Esses resultados parecem reafirmar a lógica de que o investimento em educação é um dos pilares da solução para o problema da violência, podendo favorecer a adesão a estratégias mais democráticas.

A renda também representou um princípio diferenciador significativo dos grupos no que tange a favorabilidade ao linchamento, todavia apenas para a condição com dilema. Destarte, o grupo com renda de até 1000 mil reais demonstrou maior favorabilidade média ao linchamento, do que aquele que perfaz uma renda mensal de até 10000 mil reais. Isso chama atenção para uma realidade tangente na sociedade brasileira, em que os estratos sociais mais abastados economicamente perfilham uma experiência distinta e mais positiva com relação a segurança e a aplicação da justiça, em detrimento daqueles de baixo poder aquisitivo (Lobo & Filho, 2017; Martins, 2015; Ruotti et al., 2009; Sinhoretto, 2002, 2009).

Consoante, no caso específico do linchamento, ele tem se destacado, sobretudo, nas periferias, praticado predominantemente por grupos marginalizados, sobre quem a segurança e a justiça não alcançam de forma efetiva. A privação dessa experiência democrática e de direito contribui diretamente para a descrença nas instituições oficiais de aplicação da justiça, encorajando expedientes extra-oficiais, como o fazer justiça com as próprias mãos. Essa descrença tem sido tão intensa que até mesmo nos casos em que os acusados já estão sob custódia da polícia, por exemplo, registram-se tentativas e execuções de linchamentos (Martins, 2015). Este não é um fenômeno tipicamente brasileiro, há registros também no contexto internacional de ataques a viaturas e a delegacias, com o intuito de acessar o acusado para linchar (Ritchey & Ruback, 2017; Vutane, 2013).

Logicamente, isso é preocupante, onde quer que aconteça, tendo em vista que ameaça, sobremaneira, a manutenção do Estado de Direito, intensifica as injustiças sociais e legitima a barbárie. Há que se fomentar a discussão social mais ampla acerca dessa temática. É premente a construção de políticas públicas de combate às injustiças sociais, em todos os níveis, com vistas ao enfraquecimento das estratégias de resolução de litígios que não confluem para um projeto societário sustentável, como é o caso do linchamento.

Uma coisa é certa, os linchamentos são mais que uma, dentre outras, formas de punir, consiste também em um ato ancorado em níveis de julgamento morais mais primitivos, como fora visto no estudo de Alexandre, Galvão & Scardua (no prelo), ao identificar que os estudantes de Psicologia e Ciências Exatas, classificados nos níveis mais baixos de juízo moral (conforme tipologia de Kohlberg), possuem atitudes mais favoráveis a prática do linchamento; é também marcado por simpatias frente algumas ideologias, em detrimento de outras, bem como revela um dado tipo de atitude institucional, como foi visto nesse estudo. Conforme evidenciado nas análises, a simpatia por ideias progressistas é o fator que melhor prediz a variável dependente, indicando que a adesão a tais ideias implica em uma menor favorabilidade a prática do linchamento, tanto na condição sem, quanto com dilema. Por outro lado, a simpatia por ideias conservadoras, bem como a confiança nas instituições de controle e na mídia, predizem uma maior favorabilidade a prática do linchamento, em ambas as condições.

Os referidos resultados desvelam a necessidade de valorização e promoção social das ideias progressistas, que endossam os valores alusivos a solidariedade, liberdade e igualdade. Estas parecem confluir melhor para a paz social e a desautorização da sociedade para fazer justiça com as próprias mãos; preservam também, dentre outras coisas, o direito a um julgamento formal, antes da atribuição de penalidades, garantindo à vítima a oportunidade de defesa, dimensão negligenciada pela turba linchadora, como afirma Martins (2015).

Já a simpatia por ideias conservadoras, que englobam noções concernentes ao poder, ao dinheiro e aos partidos de direita, coloca em cena um grande problema social, referente a legitimação de medidas arcaicas, como o linchamento, para resolução dos conflitos sociais. Trata-se do endossamento de ideias baseadas em orientações políticas que não contribuem para o progressivo aperfeiçoamento da cidadania, mas para a gestação da cultura do medo e da barbárie.

Nesse sentido, Martins (2015) é enfático ao afirmar que

o que move a multidão à prática do linchamento é a motivação conservadora, a tentativa de impor castigo exemplar e radical a quem tenha, intencionalmente ou não, agido contra valores e normas que sustentam o modo como as relações sociais estão estabelecidas e

reconhecidas ou os tenham posto em risco. Há, portanto, dois planos a serem considerados na sua recíproca referência: de um lado, o que estou chamando de mente conservadora; de outro, as ações coletivas violentas que essa mente conservadora informa e justifica. Esses planos se combinam e se explicam reciprocamente (p. 72).

Além da simpatia ideológica, a atitude institucional também mostrou-se importante para a compreensão da favorabilidade ao linchamento, para ambas as condições da variável dependente. Especificamente, foi o fator Confiança nas Instituições de Controle/Mídia, que agrega a confiança nas Forças Armadas, Igrejas, Jornais e Revistas, Poder Judiciário, Polícia e Mídia Televisiva, o que mais contribuiu para prever a favorabilidade a prática do linchamento.

Essa lógica parece paradoxal, todavia pode ser compreendida ao ater-se para a questão que, apesar de confiar nas instituições de controle, como por exemplo, a polícia, para os participantes deste estudo e, boa parte da sociedade, esta ainda se mostra insuficiente para dar conta do agenciamento da justiça. Mais que isso, parece não haver proporcionalidade entre a justiça e/ou punição dispensada por estas instituições e aquela “merecida” pelos que romperam alguma norma social. Como alerta Martins (2015), isso parece indicar a necessidade de participar ativamente da distribuição de penalidades, de ver com os próprios olhos e contribuir com a “efetivação” da justiça. Em linhas gerais, a simpatia ideológica contribuiu mais que a atitude institucional para prever a variável dependente, relativa à favorabilidade ao linchamento; mas ainda assim, conforme o poder preditivo dos modelos aqui testados através das análises de regressão, as respectivas explicações de 15,8% e 17,8%, demonstram que nenhum desses modelos são suficientes para explicar sozinho a favorabilidade ao linchamento, embora ofereça uma contribuição significativa. Todavia, alerta-se que se trata de um fenômeno social multifacetado, certamente ancorado em um conjunto de outras variáveis explicativas.

Destarte, acredita-se ser importante investigar outras variáveis de ancoragem, tidas também como preditoras de comportamento, a fim de verificar a possível participação destas para prever o linchamento. Sugere-se, portanto, a pertinência de verificar em pesquisas futuras a contribuição da empatia e da ancoragem nos Direitos Humanos. Nesse sentido, cabe buscar responder algumas perguntas como: Será que a maior favorabilidade ao linchamento tem a ver com dificuldades de empatia com alguns grupos, como os criminosos? E o conhecimento e comprometimento com os direitos humanos, será que possui alguma relação preditiva para favorabilidade ao linchamento?

É certo que as diferenças nos posicionamentos observadas entre os grupos neste estudo, assim como a participação da simpatia ideológica e da atitude institucional, não ocorrem em um

vazio social. Doise (2002) alerta que as tomadas de posição são ancoradas em um vasto conjunto de variáveis, como as pertenças sociais, os sistemas de crenças e valores, os universos representacionais, as matrizes ideológicas, políticas e religiosas, entre outras. Ele sublinha ainda, que tudo isso funciona como ideias-força que, por sua vez, inspiram as iniciativas concretas na dinâmica social, como determinados comportamentos. Desse modo, é premente o estudo aprofundando das ideias-força que tem impulsionado e legitimado o linchamento como prática de justiça.

Além de todas as questões discutidas até aqui, julga-se necessário acrescentar a reflexão de que para todas as situações relatadas de influência das variáveis sociodemográficas, assim como a contribuição das variáveis psicossociológicas para explicar a favorabilidade ao linchamento, convém mencionar o possível efeito da desejabilidade social. Acredita-se na existência dessa variável interveniente, por um lado, pelo fato de o linchamento ser um tema polêmico e sua prática romper com a representação normativa de que a vida é inviolável, logo, tornando sua aprovação uma atitude moral e socialmente inaceitável, inclusive para afirmar em uma pesquisa; por outro lado, o próprio fato de algumas médias aumentarem na condição com dilema, assim como ocorreu com o valor preditivo do modelo, supostamente parecem indicar que a ativação do dilema moral da vida real venceu, em parte, essa barreira da desejabilidade social.

Desse modo, vislumbra-se a pertinência de reflexões metodológicas no sentido da construção de um instrumental de coleta de dados, que meçam também esse constructo, bem como análises que verifiquem a influência desta sobre os posicionamentos atitudinais frente o linchamento.

Cabe tecer ainda algumas considerações sobre o presente trabalho, que podem ter se constituído como fragilidades e merecem melhor atenção em pesquisas futuras. Em primeiro lugar, atenta-se para a caracterização da amostra deste estudo, que apesar de seu caráter nacional, não conseguiu acessar, suficientemente, participantes das camadas socioeconomicamente mais marginalizadas. Conforme observou-se, a maioria dos respondentes disse possuir ensino superior completo, o que sinaliza para a importância de investigações que busquem ampliar o escopo dos níveis de escolaridade. Outro aspecto a ser refletido, diz respeito a predominância do sexo feminino, carecendo de uma amostra mais equilibrada nesse sentido. Por se tratar de uma coleta realizada via questionários *online*, esses pontos são naturalmente pouco controláveis, mas que seria mais fácil de balancear em um estudo presencial.

Considerações Finais

Em linhas gerais o objetivo deste estudo foi alcançado e, conforme se hipotetizou, a simpatia ideológica e a atitude institucional tem realmente uma parcela significativa de contribuição para predizer/explicar a favorabilidade ao linchamento. As análises evidenciaram também, a necessidade de testagem de um modelo que englobe outras variáveis e assim consiga ser mais robusto na explicação das dimensões subjacentes a adesão ao linchamento como uma prática de promoção da justiça.

Tendo em vista o poder preditivo dessas variáveis psicossociológicas em relação a favorabilidade ao linchamento, alerta-se para a importância do endossamento de ideias progressistas, em detrimento daquelas conservadoras, com o intuito de promover um tipo de sociabilidade que contribua para o aperfeiçoamento da democracia. Salienta-se também, a importância de reflexões sobre a confiança nas instituições de controle e na mídia que, no presente estudo mostrou-se preditora de maior favorabilidade ao linchamento. Há que se investigar melhor os aspectos imbricados nessa relação de confiança e, ao mesmo tempo, de insegurança, pois isso desemboca em um sério problema social, uma vez que a não confiança suficiente nas instituições oficiais de justiça, legítima, gradativamente, a justiça com as próprias mãos.

A prática do linchamento consiste em um fenômeno social multifacetado, que intensifica o problema da violência e faz circular um tipo específico de posicionamento frente a vida, destituindo-a do seu caráter inviolável. Nesse sentido, de acordo com a recorrência de linchamentos no Brasil, torna-se premente a criação e fomentação de estratégias de resolução de conflitos, ancoradas em outras ideologias, que não aquela da lógica do olho por olho e dente por dente.

Referências

- Alexandre, M. E. S., Galvão, L. K. S., & Scardua, A. (no prelo). Representações sociais e julgamentos morais de estudantes universitários sobre linchamentos. *Revista Psicologia Teoria e Pesquisa*.
- Brasil (2012). Resolução 466/2012. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Editora Artmed.
- Doise, W. (2002). *Direitos do Homem e força das ideias*. Lisboa: Livros Horizontes.

- Camino, C., Galvão, L., Quirino, G., Roazzi, A., & Martin, W., L. B. (2007). Direitos humanos, atitude institucional e simpatia ideológica em universitários brasileiros. *Revista Estudos de Psicologia*, 12(3), 199-211. Doi.org/10.1590/S1413-294X2007000300002.
- Cárdenas, M., Páez, D., Rimé, B. (2013). El impacto psicosocial de los procesos transicionales en Chile: evaluación de los efectos de las Comisiones Nacional de “Verdad y Reconciliación” y “prisión política y tortura”. *Revista de Psicología Social*, 28(2),145-156. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1174/021347413806196717?journalCode=rpps20>.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Editora Artmed.
- Krupa, C. (2009). Histories in red: Ways of seeing lynching in Ecuador. *American Ethnologist*, 36(1), p. 20-39. Recuperados de https://www.academia.edu/11443095/Histories_in_Red_Ways_of_Seeing_Lynching_in_Ecuador_American_Ethnologist
- Lobo, R. de A. Á. & Filho, M. S. D.C. Linchamentos em rede: justiça e violência-resposta na internet. (2017). *Revista Novos Rumos Sociológicos*, 7(5), 191-216. Recuperados de <file:///C:/Users/xx/Downloads/11157-42516-2-PB.pdf>
- Martins, J. de S. (2015). *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. Editora Contexto.
- Ritchey, A. J.,& Ruback, R. B. (2017). Predicting Lynching Atrocity: The Situational Norms of Lynchings in Georgia Andrew. *Personality and Social Psychology Bulletin* 19(1), p. 1-19. DOI:10.1177/0146167217733075
- Rodrigues, D. (2013). Círculo da punição: o linchamento como cena de acusação e denúncia criminal. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(4), 625-643. Recuperado de <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-6-4-Art4.pdf>
- Ruotti, C., Freitas, T. V., Almeida, J. F., & Peres, M. F. T. (2009). Graves violações de direitos humanos e desigualdade no município de São Paulo. *Revista Saúde Pública*, 43(3), 533-540. Recuperado de http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/9417/art_RUOTTI_Graves_violacoes_de_direitos_humanos_e_desigualdade_2009.pdf?sequence=1.
- Serra, C. (2008). *Linchamentos em Moçambique: Uma desordem que apela à ordem*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Sinhoretto, J. (2002). *Os justiçaadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito*. São Paulo: IBCCRIM.

_____ (2009). Linchamentos: insegurança e revolta popular. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 4(3), 72-92. Recuperado de <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/artigo%20jaqueline.pdf>.

Vutane, J. B. (2013). *A problemática de linchamentos públicos em Moçambique – caso específico dos bairros da cidade de Chimoio* (Dissertação, Mestrado em Criminologia). Faculdade de Direito, Universidade do Porto, Porto. Recuperado de https://sigarra.up.pt/fdup/pt/teses.tese?P_ALUNO_ID=97617&p_processo=16766.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do linchamento tem sido recorrente no Brasil, assim como no cenário internacional, desafiando as instituições oficialmente responsáveis pela aplicação da justiça, a partir da disseminação de expedientes extra-legais. Trata-se de uma peculiar forma de violência coletiva, em que um grupo de pessoas se reúne com o intuito de agredir e até levar a morte um ou mais acusados de romper alguma norma social. Assim, os linchamentos seria uma espécie de resposta, também violenta, para o problema da violência.

Destarte, ao se fazer uso da violência, visando combatê-la, o linchamento tem contribuído significativamente para a intensificação desse ciclo, promovendo, cotidianamente, graves violações dos Direitos Humanos, especialmente do direito a vida. Além dos prejuízos sociais gerais e, especificamente para a vítima, o linchamento também atesta uma condição animalesca da turba linchadora. Isso porque, ao fazer justiça com as próprias mãos, a partir de um conjunto de rituais violentos como agredir, castrar, fuzilar, esquartejar e queimar o corpo, os linchadores entregam-se ao estado de barbárie e condenam a viabilidade de um projeto que aprimore a convivência social.

No caso do Brasil, embora não se tenha, oficialmente, a pena de morte, a recorrência de linchamentos parece substituir o significado desta. Nota-se, uma intenção, ou até mesmo um incontrolável desejo, de participar ativamente da distribuição de penalidades, inclusive julgando insuficientes àquelas aplicadas pelas instâncias oficiais. Os rituais adicionais de violência, comumente observados nos casos de linchamentos, como aqueles mesmo depois da vítima ter chegado a óbito, denotam que o linchamento se propõe como um tipo de punição até maior que a pena de morte.

Apesar das implicações sociais que o linchamento aventa, o estudo desse fenômeno ainda não tem ganhado a atenção merecida, de modo que há muitas lacunas a serem preenchidas para uma melhor compreensão dos significados a ele subjacentes. A sociologia tem sido a área que mais tem

contribuído com o debate a esse respeito, todavia não esgota a complexidade de um objeto social multifacetado como este. Nesse sentido, registram-se pesquisas focadas na caracterização e tipificação dessa forma de violência, baseadas principalmente em pesquisas documentais.

A literatura do linchamento carece, portanto, de investigações que busquem identificar o pensamento social acerca desse fenômeno, assim como os fatores que contribuem para um maior ou menor endossamento de sua prática. Consoante, os estudos empíricos aqui apresentados culminaram em contribuições significativas e inovadoras para a compreensão do linchamento, além de legitimar o lugar da Psicologia Social nesse processo.

Os resultados dos dois estudos empíricos realizados, um que objetivou identificar as representações sociais de estudantes universitários sobre o linchamento e as motivações para linchar; outro, que teve por objetivo verificar o poder preditivo da simpatia ideológica e da atitude institucional em relação a favorabilidade ao linchamento, juntos evidenciaram que o linchamento encerra uma problemática enraizada em dimensões de ordem psicossociológicas.

Em linhas gerais, os resultados permitiram conhecer o conteúdo do campo representacional do linchamento e de suas motivações, bem como as variáveis que ancoram a construção do pensamento social a este respeito. Notou-se, então, que estes constructos são representados pelos grupos pesquisados a partir de apropriações de noções de cunho societal e socioemocionais, que tornam inteligível o fenômeno do linchamento.

Observou-se também, que as variáveis sociodemográficas denotam diferenças nos posicionamentos em relação a favorabilidade ao linchamento, demonstrando como determinados sistemas de ancoragem modulam os funcionamentos psicossociológicos. Foi possível identificar ainda, que a simpatia ideológica contribuiu mais que a atitude institucional para predizer a favorabilidade ao linchamento, desvelando um modelo que prediz uma parcela significativa do fenômeno.

Apesar das referidas contribuições desses estudos, salienta-se a importância de novas investigações que prossigam no sentido de complementá-las. Sugere-se, portanto, que sejam testadas outras variáveis preditoras de comportamento, buscando verificar a possível participação destas para predizer a favorabilidade ao linchamento. Dentre as variáveis que possivelmente possuam alguma influência, sublinha-se a empatia, o julgamento moral e o comprometimento com os direitos.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, M. E. S., Galvão, L. K. S., & Scardua, A. (no prelo). Representações sociais e julgamentos morais de estudantes universitários sobre linchamentos. *Revista Psicologia Teoria e Pesquisa*.
- Brasil (2012). Resolução 466/2012. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde.
- Bussinger, R; Novo, H. (2013). Trajetória de vítimas da violência: dor e solidariedade entre mães de uma associação do Espírito Santo. *Revista Associação Brasileira de Psicologia Política*, 15(8), 107-120. Recuperado de <http://132.248.9.34/hevila/RevistaPsicologiapolitica/2008/vol8/no15/6.pdf>.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. doi: 10.9788/TP2013.2-16
- Cerqueira, R. T., & Noronha, C. V. (2004). Cenas de linchamento: reconstruções dramáticas da violência coletiva. *Revista Psicologia em Estudo*, 9(2), 163-172. Doi <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722004000200003>.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Editora Artmed.
- Doise, W. (2002). *Direitos do Homem e força das ideias*. Lisboa: Livros Horizontes.
- Goldstein, D. M. (2003). In our own hands: lynching, justice, and the law in Bolivia. *American Ethnologist*, 30(1), 22-43. Recuperado de http://www.jstor.org/stable/3805207?seq=1#page_scan_tab_contents.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *Representações Sociais* (p. 17- 44). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Krupa, Christopher. (2009). Histories in red: Ways of seeing lynching in Ecuador. *American Ethnologist*, 36(1), p. 20-39. Recuperados de https://www.academia.edu/11443095/Histories_in_Red_Ways_of_Seeing_Lynching_in_Ecuador_American_Ethnologist

- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 65-178. dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000100018.
- Lobo, Rafael de Almeida Ávila., & Filho, Max Suel Dummmmer Coutinho. (2017). Linchamentos em rede: justiça e violência-resposta na internet. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, 7(5), 191-216. Recuperados de file:///C:/Users/xx/Downloads/11157-42516-2-PB.pdf
- Martins, José de Souza. (2015). *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. Editora Contexto.
- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. (1978). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Pereira, C. R., Torres, A. R. R., Pereira, A., & Falcão, L. C. (2011). Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(1), 73-82. doi.org/10.1590/S0102-37722011000100010.
- Ritchey, A.J., & Ruback, R.B. (2017). Predicting Lynching Atrocity: The Situational Norms of Lynchings in Georgia Andrew. *Personality and Social Psychology Bulletin* 19(1), p. 1-19. DOI:10.1177/0146167217733075
- Rodrigues, D. (2013). Círculo da punição: o linchamento como cena de acusação e denúncia criminal. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(4), 625-643. Recuperado de <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-6-4-Art4.pdf>
- Ruotti, C., Freitas, T. V., Almeida, J. F., & Peres, M. F. T. (2009). Graves violações de direitos humanos e desigualdade no município de São Paulo. *Revista Saúde Pública*, 43(3), 533-540. Recuperado de http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/9417/art_RUOTTI_Graves_violacoes_de_direitos_humanos_e_desigualdade_2009.pdf?sequence=1.
- Sá, Celso Pereira. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Serra, C. (2008). *Linchamentos em Moçambique: Uma desordem que apela à ordem*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Shimizu, A. M. (2002). *Representações sociais e julgamentos morais de jovens: Um estudo intercultural comparando duas abordagens teórico-metodológicas* (Tese, Doutorado em

Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília – SP.

Sinhoretto, Jacqueline. (2002). *Os justiçadores e sua justiça: linchamentos, costume e conflito*. São Paulo: IBCCRIM.

_____. (2009). Linchamentos: insegurança e revolta popular. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 4(3), 72-92. Recuperado de <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/artigo%20jaqueline.pdf>.

Souza, Lídio de. (1999). Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder. *Revista Análise Psicológica*, 17(2), p.327-338. Recuperado de: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087082311999000200009&script=sci_arttext>.

Souza, L., & Menandro, P. R. M. (2002). Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000). *Revista Psicologia Política*, 4(2), 249-266. Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv2n4/Capitulo%204.pdf>.

Spini, D., & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.

Vutane, J. B. (2013). *A problemática de linchamentos públicos em Moçambique – caso específico dos bairros da cidade de Chimoio* (Dissertação, Mestrado em Criminologia). Faculdade de Direito, Universidade do Porto, Porto. Recuperado de https://sigarra.up.pt/fdup/pt/teses.tese?P_ALUNO_ID=97617&p_processo=16766.

Apêndice I - Questionário Sociodemográfico do Estudo 1

Idade: _____

Sexo: Masculino () Feminino ()

Curso: _____

Período: _____

Religião: _____

Apêndice II - Questionário Semiestruturado Estudo 1

1. Em sua opinião, o que é linchamento?

2. Em sua opinião, porque as pessoas cometem linchamentos?

Apêndice III - TCLE do Estudo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno

exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa intitulada **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO LINCHAMENTO E DAS MOTIVAÇÕES PARA LINCHAR**. Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- A referida pesquisa terá como objetivo geral identificar as representações sociais do linchamento e das motivações para linchar de estudantes de Psicologia e Ciências Exatas;
- Ao voluntário caberá a autorização para aplicação ao voluntário caberá a autorização para aplicação dos instrumentos de coleta de dados e não haverá nenhum risco ou desconforto, pois, ao assinar esse termo o voluntário concorda em participar das estratégias metodológicas informadas anteriormente pelo pesquisador;
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo;
- O voluntário autoriza a publicação dos resultados deste estudo para fins acadêmicos e científicos;
- Ao serem divulgados os resultados deste estudo, será garantido o sigilo acerca da identidade dos participantes;
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários desta pesquisa; Não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não incurrirá necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da instituição responsável;
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma clara e coerente com este parecer ora proposto, comprometendo-se em revelar os resultados aos participantes, em consonância com as exigências da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica: telefone: (083) 98126-4583, na pessoa de Maria Edna Silva de Alexandre; e-mail: edna_silva20@hotmail.com. O participante também pode entrar em contato com o CEP/ HUAC/ UFCG que tem sede e funciona na Rua Dr. Carlos Chagas, s/ nº, edifício do Hospital Universitário Alcides Carneiro, em ambiente designado e identificado para este fim, no Bairro São José, cidade de Campina Grande – PB, CEP: 58401 - 490, Telefone: (83) 2101 - 5545, email:cep@huac.ufcg.edu.br.

- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador. Certifico também que este documento foi impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável pela pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável pela pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável pela pesquisa

Assinatura do Participante

Apêndice IV - Questionário Sociodemográfico do Estudo 2

Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

Outro: _____

Escolaridade: _____ Religião: _____

Com qual etnia você mais se identifica?

() Negro () Branco () Pardo () Indígena () Asiático

Renda familiar mensal: () Menos de 1 salário mínimo () 1 – 3 salários mínimos

() 3 – 5 salários mínimos () 5 – 10 salários mínimos () Mais de 10 salários mínimos

Apêndice V - Escala de Simpatia Ideológica

Para cada palavra, nós lhe pedimos para circular o número que melhor corresponde à sua opinião:

1 = eu não gosto de forma nenhuma

2 = eu não gosto muito

3 = eu gosto

4 = eu gosto muito

- | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. A democracia | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2. O poder | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 3. A igualdade | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 4. As tradições | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5. Partidos de esquerda | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 6. O dinheiro | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 7. Os direitos humanos | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 8. Partidos de direita | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 9. A solidariedade | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 10. A liberdade | . | . | . | . | . | . | 1 | 2 | 3 | 4 |

Apêndice VI - Escala de Atitude Institucional

A seguir, apresentamos uma série de instituições. Diga-nos, por favor, seu grau de confiança em cada uma delas.

	Nenhuma confiança	Pouca confiança	Moderada confiança	Muita confiança
1. Polícia	1	2	3	4
2. Partidos Políticos	1	2	3	4
3. Igreja	1	2	3	4
4. Organizações Não-Governamentais (ONGs)	1	2	3	4
5. Poder Legislativo (Congresso da República)	1	2	3	4
6. Governos locais (Município)	1	2	3	4
7. Mídia Televisiva	1	2	3	4
8. Governos regionais (Estado)	1	2	3	4
9. Grêmios, Movimentos Estudantis e Sindicatos	1	2	3	4
10. Poder Executivo (Presidente, Ministros)	1	2	3	4
11. Organizações de Base (Movimentos Sociais) e Associações de Moradores	1	2	3	4
12. Poder Judicial (Juízes)	1	2	3	4
13. Forças Armadas	1	2	3	4
14. Jornais e revistas	1	2	3	4

Apêndice VII - Escala de Favorabilidade ao Linchamento sem Dilema

Considerando sua opinião, expresse o quanto você é favorável ou não a prática do linchamento, escolhendo um número conforme o quadro abaixo:

1	2	3	4	5
Desfavorável Totalmente	Desfavorável em Parte	Nem a favor Nem contra	Favorável em Parte	Favorável Totalmente

Em uma escala de 1 a 5 o quanto você é favorável ao linchamento?

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Apêndice VIII - Escala de Favorabilidade ao Linchamento com Dilema Moral

O assalto ao ônibus da Guanabara no Piauí

Na madrugada do dia 26 de fevereiro de 2017 três homens armados invadiram um ônibus da empresa Guanabara, que viajava com destino a Teresina (PI), rendendo todos os passageiros, maltratando-os e roubando seus pertences. Não satisfeitos, colocaram todos os homens nas gavetas das bagagens, liberando-os apenas às 6h da manhã, ao passo que os assaltantes/estupradores, procediam com o estupro de duas mulheres que também seguiam viagem no ônibus. Uma das mulheres foi levada para o banheiro do ônibus por um dos criminosos, mas ao perceber que o local era pequeno demais, ele desceu com a vítima e a levou para um morro, onde realizou o estupro e a obrigou consumir maconha. A Polícia Militar prendeu dois dos assaltantes, que foram reconhecidos pelas vítimas, mas ao saber do ocorrido, a população revoltada cercou a porta da delegacia, esperando os dois, prontos para linchá-los e, então, “fazer justiça com as próprias mãos”.

Em uma escala de 1 a 5 o quanto você **concorda que os assaltantes/estupradores deveriam ser linchados?**

1	2	3	4	5
Desfavorável Totalmente	Desfavorável em Parte	Nem a favor Nem contra	Favorável em Parte	Favorável Totalmente

Apêndice IX – TCLE do Estudo 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu,

_____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da pesquisa intitulada **SIMPATIA IDEOLÓGICA, ATITUDE INSTITUCIONAL E FAVORABILIDADE AO LINCHAMENTO.**

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

- A referida pesquisa terá como objetivo geral verificar o poder preditivo da simpatia ideológica e da atitude institucional em relação à favorabilidade ao linchamento;
- Ao voluntário caberá a autorização para aplicação ao voluntário caberá a autorização para aplicação dos instrumentos de coleta de dados e não haverá nenhum risco ou desconforto, pois, ao assinar esse termo o voluntário concorda em participar das estratégias metodológicas informadas anteriormente pelo pesquisador;
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização da pesquisa, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo;
- O voluntário autoriza a publicação dos resultados deste estudo para fins acadêmicos e científicos;
- Ao serem divulgados os resultados deste estudo, será garantido o sigilo acerca da identidade dos participantes;
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários desta pesquisa; Não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não incurrirá necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da instituição responsável;
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma clara e coerente com este parecer ora proposto, comprometendo-se em revelar os resultados aos participantes, em consonância com as exigências da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica: telefone: (083) 98126-4583, e-mail: edna_silva20@hotmail.com; cleocamino@yahoo.com.br; liliangalvao@yahoo.com.br. O participante também pode entrar em contato com o CEP/ HUAC/ UFCG que tem sede e funciona na Rua Dr. Carlos Chagas, s/ nº, edifício do Hospital Universitário Alcides Carneiro, em ambiente designado e identificado para este

fim, no Bairro São José, cidade de Campina Grande – PB, CEP: 58401 - 490, Telefone: (83) 2101 - 5545, email:cep@huac.ufcg.edu.br.

- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador. Certifico também que este documento foi impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável pela pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável pela pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável pela pesquisa

Assinatura do Participante